

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2019, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

O ano de 2020 foi marcado, especialmente, pela realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis, em circulação no mercado, e subsequente resgate da totalidade das ações que remanesceram em circulação após a oferta, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B" e saída do Novo Mercado da B3, realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis.

Em 30 de setembro de 2020, a CPFL Energia e a CPFL Geração comunicaram, por meio de Fato Relevante, que concluíram a segunda etapa do plano de integração da CPFL Renováveis mediante a Reestruturação Societária das empresas do Grupo CPFL ("Reestruturação Societária") a cisão parcial da CPFL Geração com a versão de seu acervo líquido cindido para a CPFL Renováveis, a incorporação total, pela CPFL Renováveis, da CPFL Centrais Geradoras Ltda. ("CPFL Centrais Geradoras") e o aumento de capital da CPFL Renováveis mediante a integralização de créditos pela CPFL Geração. A Reestruturação Societária foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em 22 de setembro de 2020, por meio das Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e nº 9.230/2020, bem como a proposta foi avaliada e aprovada internamente pelas Diretorias Executivas e Conselhos de Administração das empresas envolvidas. A nova estrutura gera fortalecimento das estruturas administrativas e traz sinergias para o grupo.

Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Geração e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

Após uma forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular entre 2017 e 2019. A expectativa de uma recuperação mais forte em 2020 era consensual, porém foi frustrada pela chegada da pandemia de Covid-19.

A pandemia afetou a economia brasileira tanto pela recessão global e sua consequente exacerbção de riscos, com forte restrição das condições financeiras, como pela adoção de medidas de restrição de circulação de pessoas no Brasil. O choque trazido pela pandemia impôs uma forte retração da economia no primeiro semestre do ano, especialmente no segundo trimestre. Ainda que a economia não tenha recuperado o patamar pré-Covid-19, o bom desempenho na segunda metade do ano garantiu que o Brasil tivesse um desempenho relativamente bom na comparação com seus pares, em linha com o pacote de estímulos também mais ambicioso.

Em 2020, a combinação da pandemia e da manutenção da massa de renda (que, de fato, chegou a crescer em relação a 2019, quando se considera o Auxílio Emergencial) impactou a economia de duas maneiras: (i) houve um aumento da poupança, tanto por motivos precaucionais como pela redução das oportunidades de gastos (especialmente em serviços); e (ii) houve uma alteração no padrão de consumo das famílias, com maior apetite por bens consumidos nos lares (super e hipermercados, móveis e eletrodomésticos, material de construção) e redução de consumo de bens e serviços ligados à mobilidade (serviços prestados às famílias, combustíveis, transporte aéreo, etc).

A ocupação recuou de maneira recorde em decorrência da menor circulação; isso se refletiu numa inflação de serviços extremamente baixa, inédita, com núcleos de inflação também bastante abaixo da meta. Além disso, parte dos esforços de enfrentamento da pandemia contou com a postergação de reajustes de preços administrados, fazendo com que estes também encerrassem o ano de 2020 em nível excepcionalmente baixo.

Por sua vez, a ociosidade na indústria, amplificada no primeiro semestre, foi revertida no segundo semestre – com a recomposição de estoques incentivando níveis maiores de atividade, especialmente nos setores cujo consumo foi privilegiado pelos novos hábitos. Não obstante um nível maior de atividade, os preços industriais permaneceram relativamente bem acomodados, apesar de fortes altas no atacado. No cômputo final, a inflação encerrou o ano em 4,5%, ligeiramente acima do centro da meta, de 4%.

2020 se encerrou, assim, com a economia recuperando parte das perdas vivenciadas por conta do choque pandêmico, porém com menos medidas de estímulo à vista, tal recuperação dependerá fundamentalmente do progresso da vacinação como forma de contornar os efeitos da pandemia. Apesar de haver ainda muita incerteza com relação ao calendário vacinal no Brasil, estima-se que com as doses já contratadas (tanto da CoronaVac como da vacina da AstraZeneca/Oxford) será possível imunizar os grupos de risco no primeiro semestre do ano. Ainda que isso não seja suficiente para reduzir a circulação do vírus, deve aliviar sobremaneira os sistemas de saúde, possibilitando a normalização gradual das atividades.

Contratos de venda de energia

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M, que é utilizado em nossos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), bilaterais e do Ambiente de Contratação Livre (ACL). Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela subsidiária Campos Novos Energia (Enercan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

3. Desempenho operacional

A CPFL Geração é a holding dos ativos de geração do grupo CPFL Energia, com participações em grandes empreendimentos hidrelétricos e duas usinas térmicas, além de deter 50,85% da CPFL Renováveis (em conjunto com a CPFL Energia, detêm 100%), que é líder no segmento de energia renovável.

O portfólio da CPFL Geração é de 4.267 MW, compreendendo 7 usinas hidrelétricas (1.928 MW), 45 parques eólicos (1.309 MW), 43 PCHs (473 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW), 2 UTEs (182 MW), 6 CGHs (4 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um portfólio de 3.350 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e atualmente possuímos dois projetos em construção, que totalizam 109,7 MW: (i) PCH Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024; e (ii) Complexo Eólico Gameleira, com 81,7 MW de capacidade instalada, localizado no estado do Rio Grande do Norte, com entrada em operação prevista para meados de 2021, cerca de 2,5 anos antes da data prevista inicialmente no projeto.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 3.523 milhões em 2020, representando um aumento de 5,4% (R\$ 180 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 258 milhões em 2020, representando um aumento de 4,0% (R\$ 10 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 3.265 milhões em 2020, representando um aumento de 5,5% (R\$ 170 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): O EBITDA, foi de R\$ 2.661 milhões em 2020, representando um aumento de 6,7% (R\$ 166 milhões), devido ao aumento de 5,5% (R\$ 170 milhões) na receita líquida, à redução de 16,3% (R\$ 72 milhões) nos custos com energia elétrica e encargos e ao aumento de 17,3% (R\$ 61 milhões) na equivalência

patrimonial. Este resultado foi parcialmente compensado pelo aumento de 7,2% (R\$ 35 milhões) nos custos e despesas operacionais, inclusive gastos com previdência privada, e um aumento de 529,3% (R\$ 102 milhões) com custos com construção da infraestrutura da concessão.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2020	2019
Lucro Líquido	1.644.548	952.978
Depreciação e Amortização	698.213	763.845
Amortização Mais Valia de Ativos	579	579
Resultado Financeiro	382.403	561.787
Contribuição Social	(10.425)	62.942
Imposto de Renda	(54.150)	152.940
EBITDA	2.661.169	2.495.071

*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

Lucro líquido: a CPFL Geração apurou lucro líquido de R\$ 1.645 milhões em 2020, representando um aumento de 72,6% (R\$ 692 milhões), refletindo o aumento de 6,7% (R\$ 166 milhões) no EBITDA, a redução de 31,9% (R\$ 179 milhões) nas despesas financeiras líquidas, a variação de R\$ 280 milhões no Imposto de Renda e Contribuição Social e a redução de 8,6% (R\$ 66 milhões) nas depreciações e amortizações.

Endividamento: no final de 2020, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Geração atingiu R\$ 5.559 milhões, uma redução de 22,8%.

5. Investimentos

Em 2020, foram investidos R\$ 283 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e dos parques eólicos do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira). Adicionalmente, houve um investimento de R\$ 134 milhões nos projetos de transmissão em construção: Maracanaú, Sul I e Sul II.

6. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Geração desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo

CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visando promover o desenvolvimento sustentável devem ser incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plano de Sustentabilidade: definição da estratégia de sustentabilidade com foco em 3 pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em Sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Mudança do Clima: atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, nas frentes de Gestão de Emissões de GEE, Gestão de Riscos e Oportunidades, Inovação, Engajamento e Divulgação.

Gestão ambiental: a empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e direciona os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva. Além disso, cada empresa controlada possui sistemas de gestão e projetos próprios, divulgados em seus websites institucionais.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): O Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o tom e a prática do discurso pela alta Administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, avaliação e monitoramento. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas do Programa de Integridade, tais como: a manutenção do Selo Pró-Ética 2019/2020. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de empresas, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento virtual/*e-learning* do Programa de Integridade que contemplou 11.121 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade – CMI em todas unidades do grupo CPFL com temas como: Assédio Sexual, Conflito de Interesses, Tratamento Desrespeitoso, Atividades Políticas Partidárias, Discriminação e Preconceito e Brindes Presente e Hospitalidades. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2020 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Geração atua, destaca-se: **Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso – CMDI (1% I.R.)** – Em 2020, a CPFL Geração destinou R\$ 60 mil ao Fundo dos Direitos dos Idosos, em uma ação especial de combate à Covid-19;

Gestão de Recursos Humanos: Em 2020, treinamos 133 pessoas, que representa 98% do quadro de colaboradores. Foram 3.818 horas totais de treinamento, sendo dessas 147 horas de treinamento em formato online.

Rede de Valor: seguindo as regras de isolamento social devido a pandemia, em 2020 os encontros da Rede de Valor ocorreram de forma online. Participaram 95 empresas fornecedoras e foram realizados 3 encontros que abordaram os seguintes assuntos: Plano de Sustentabilidade e Ética, Segurança do Trabalho e os Conceitos de Transformação Digital, Cenário Econômico e Desafios do Setor Elétrico.

7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) foi contratada pela CPFL Geração para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2020, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária e regulatória).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

<u>Natureza</u>	<u>Contratação</u>	<u>Duração</u>
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021

Contratamos um total de R\$ 166 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 10,9%% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias referentes ao exercício social de 2020 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme Estatuto Social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM nº381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Geração agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2020. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Sumário

(1) CONTEXTO OPERACIONAL	9
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	16
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	27
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	28
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	28
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	29
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR.....	30
(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS	31
(10) ATIVO CONTRATUAL	35
(11) OUTROS ATIVOS.....	36
(12) INVESTIMENTOS	36
(13) IMOBILIZADO	42
(14) INTANGÍVEL	43
(15) FORNECEDORES	45
(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	46
(17) DEBÊNTURES	51
(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	53
(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	60
(20) PROVISÕES	60
(21) USO DO BEM PÚBLICO.....	63
(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR	63
(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	63
(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	67
(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	67
(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	68
(27) RESULTADO FINANCEIRO	69
(28) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	69
(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	70
(30) SEGUROS.....	74
(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	76
(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	83
(34) COMPROMISSOS	83
(35) EVENTO SUBSEQUENTE	84

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	904.910	87.925	1.340.612	595.732
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	308.482	449.786
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	110	86.266	399.498	358.847
Dividendo e juros sobre o capital próprio	12	218.726	134.011	80.647	99.882
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	768	1.158	37.831	49.193
Outros tributos a compensar	8	459	13.213	116.440	67.968
Derivativos	32	-	33.919	60.338	33.919
Ativo contratual	10	-	-	24.833	24.387
Outros ativos	11	8.807	15.382	263.492	143.335
Total do circulante		1.133.779	371.874	2.632.172	1.823.050
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	38.274	29.703	243.272	179.913
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora		459.055	-	400.025	-
Depósitos judiciais	20	1	822	16.680	15.017
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	-	-	56.077	32.320
Outros tributos a compensar	8	-	-	6.388	6.388
Derivativos	32	-	21.291	27.741	21.291
Créditos fiscais diferidos	9	920	-	2.157	-
Outros ativos	11	-	894	80.545	647.997
Investimentos	12	4.538.035	3.918.457	1.015.918	997.997
Imobilizado	13	-	970.943	8.561.028	8.858.139
Ativo contratual	10	-	-	404.271	254.616
Intangível	14	8.762	87.331	2.472.226	2.597.441
Total do não circulante		5.045.046	5.029.441	13.286.328	13.611.120
Total do ativo		6.178.825	5.401.315	15.918.500	15.434.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Fornecedores	15	4.200	15.954	196.560	169.496
Empréstimos e financiamentos	16	-	174.627	274.616	582.009
Debêntures	17	761.317	164.560	875.329	482.939
Entidade de previdência privada	18	12	3.971	3.161	3.971
Taxas regulamentares		-	22.232	22.921	23.395
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	-	74.901	57.767	135.985
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	630	16.417	72.132	46.185
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	29	-	-	2.025.022	422.082
Dividendo e juros sobre capital próprio		292.940	53.937	407.138	66.412
Obrigações estimadas com pessoal		662	2.365	11.708	9.933
Derivativos	32	1.354	769	1.354	769
Provisões	20	-	-	19.946	24.485
Uso do bem público	21	-	-	12.573	11.771
Outras contas a pagar	22	2.770	6.035	530.626	298.813
Total do circulante		1.063.884	535.767	4.510.855	2.278.244
Não circulante					
Fornecedores	15	2.107	-	122.223	104.206
Empréstimos e financiamentos	16	-	133.339	690.023	3.036.495
Debêntures	17	553.559	1.454.932	1.780.416	3.156.984
Entidade de previdência privada	18	-	42.502	49.298	42.502
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	-	-	839	805
Débitos fiscais diferidos	9	-	164.560	732.665	1.012.328
Provisões	20	-	307	223.446	229.131
Uso do bem público	21	-	-	112.055	91.181
Outras contas a pagar	22	789	1.155	42.703	79.854
Total do não circulante		556.455	1.796.795	3.753.668	7.753.486
Patrimônio líquido					
Capital social	23	935.783	1.043.922	935.783	1.043.922
Reserva de capital		106.617	165.636	106.617	165.636
Reserva legal		174.118	147.540	174.118	147.540
Reserva de retenção de lucros para investimento		157.852	157.852	157.852	157.852
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		1.963.860	1.251.984	1.963.860	1.251.984
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.087.000	-	1.087.000	-
Resultado abrangente acumulado		133.257	301.818	133.257	301.818
		4.558.486	3.068.752	4.558.486	3.068.752
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	12	-	-	3.095.492	2.333.688
Total do patrimônio líquido		4.558.486	3.068.752	7.653.977	5.402.440
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.178.825	5.401.315	15.918.500	15.434.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	24	615.349	776.299	3.264.911	3.094.749
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	25	(33.613)	(51.827)	(370.535)	(442.742)
Custo com operação		(64.758)	(82.863)	(821.591)	(882.541)
Depreciação e amortização		(47.739)	(63.603)	(530.554)	(585.274)
Outros custos com operação	26	(17.019)	(19.260)	(291.037)	(297.267)
Custo do serviço prestado a terceiros	26	-	-	(121.045)	(19.234)
Lucro operacional bruto		516.978	641.609	1.951.740	1.750.232
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(2.287)	(1.579)	(2.534)	(1.590)
Depreciação e amortização		(26)	(28)	(26)	(28)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(34)	(19)	(64)	(2)
Outras despesas com vendas	26	(2.227)	(1.532)	(2.444)	(1.560)
Despesas gerais e administrativas		(28.959)	(30.274)	(179.721)	(186.770)
Depreciação e amortização		(1.354)	(1.481)	849	(9.348)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(27.605)	(28.793)	(180.570)	(177.422)
Outras despesas operacionais		(7.427)	(10.285)	(216.714)	(180.314)
Amortização de intangível da concessão		(7.475)	(9.966)	(168.481)	(169.194)
Outras despesas operacionais	26	48	(319)	(48.233)	(11.120)
Resultado do serviço		478.306	599.471	1.552.771	1.381.558
Resultado de participações societárias	12	876.414	502.579	409.606	349.090
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		20.702	32.704	124.488	192.733
Despesas financeiras		(63.405)	(156.805)	(506.891)	(754.521)
		(42.703)	(124.101)	(382.403)	(561.788)
Lucro antes dos tributos		1.312.016	977.949	1.579.973	1.168.860
Contribuição social	9	(30.017)	(30.423)	10.425	(62.942)
Imposto de renda	9	(83.662)	(84.800)	54.150	(152.940)
		(113.679)	(115.223)	64.574	(215.882)
Lucro líquido do exercício		1.198.337	862.726	1.644.548	952.978
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		-	-	1.198.337	862.726
Prejuízo líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	446.211	90.252
Lucro líquido básico por lote de mil ações - R\$	23.8	6,06	4,20	-	-
Lucro líquido diluído por lote de mil ações - R\$	23.8	6,06	4,16	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	1.198.337	862.726	1.644.548	952.978
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidas dos efeitos tributários	(23.803)	(18.148)	(23.803)	(18.148)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(1.094)	(1.225)	(1.094)	(1.225)
Resultado abrangente do exercício	1.173.439	843.354	1.619.650	933.605
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			1.173.439	843.353
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			446.211	90.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado			Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucro a Realizar	Custo atribuído	Entidade de previdência privada	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.043.922	165.636	147.540	1.409.836	340.422	(39.847)	1.244	-	-	3.068.752	2.333.688	5.402.440
Resultado abrangente total												
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.198.337	1.198.337	446.211	1.644.548
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(1.094)	-	-	(1.094)	-	(1.094)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	(23.803)	-	-	-	(23.803)	-	(23.803)
Mutações internas do patrimônio líquido												
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	216.758	-	-	-	26.982	243.740	-	243.740
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	(73.698)	-	-	-	(9.174)	(82.872)	-	(82.872)
Efeito reflexo da realização do custo atribuído	-	-	-	-	(4.885)	-	-	-	4.885	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	26.578	-	-	-	-	-	(26.578)	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	711.876	-	-	-	-	(711.876)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas												
Juros sobre o capital próprio Intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	(103.317)	(103.317)	-	(103.317)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(205.120)	(205.120)	-	(205.120)
Dividendos distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(156.956)	(156.956)
Cisão	(108.139)	-	-	-	(316.359)	34.519	-	-	(174.139)	(564.117)	420.097	(144.020)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	1.087.000	-	1.087.000	-	1.087.000
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(59.020)	-	-	-	-	-	-	-	(59.020)	52.451	(6.569)
Saldos em 31 dezembro de 2020	935.783	106.616	174.116	2.121.712	162.237	(29.131)	180	1.087.000	-	4.558.485	3.095.492	7.653.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado			Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucro a Realizar	Custo atribuído	Entidade de previdência privada	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.043.922	240.934	136.010	857.737	366.094	(21.699)	2.468	-	-	2.625.465	2.189.141	4.814.607
Resultado abrangente total												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	862.726	862.726	90.252	952.978
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(1.225)	-	-	(1.225)	-	(1.225)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais líquidos de efeitos tributários	-	-	-	-	-	(18.148)	-	-	-	(18.148)	-	(18.148)
Mutações internas do patrimônio líquido												
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(35.974)	-	-	-	35.974	-	-	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	12.231	-	-	-	(12.231)	-	-	-
Efeito reflexo da realização do custo atribuído	-	-	-	-	(1.929)	-	-	-	1.929	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	552.099	-	-	-	(552.099)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	11.531	-	-	-	-	-	(11.531)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas												
Dividendos Intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	(186.000)	(186.000)	-	(186.000)
Juros sobre o capital próprio Intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	(138.769)	(138.769)	-	(138.769)
Dividendos distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.125)	(21.125)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(75.298)	-	-	-	-	-	-	-	(75.298)	75.298	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122	122
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.043.922	165.636	147.540	1.409.836	340.422	(39.847)	1.244	-	-	3.068.752	2.333.688	5.402.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes dos tributos	1.312.016	977.949	1.579.973	1.168.860
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	56.593	75.079	698.213	763.845
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	251	1.181	20.406	1.195
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34	19	64	2
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	69.005	130.361	402.674	591.158
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	2.279	1.892	2.982	1.892
Equivalência patrimonial	(876.414)	(502.579)	(409.606)	(349.090)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	(119)	240	15.368	10.075
PIS e COFINS diferidos	-	-	13.434	1.811
Outros	-	-	(55.163)	-
	563.645	684.142	2.268.345	2.189.749
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(7.446)	10.871	(101.037)	14.140
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	523.064	386.766	410.919	330.318
Tributos a compensar	(8.935)	13.884	(190.102)	(6.461)
Depósitos judiciais	(898)	(44)	(796)	(18)
Adições de ativo contratual em curso	-	-	(134.104)	(20.970)
Outros ativos operacionais	513	12.160	(90.134)	(64.928)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(4.617)	9.073	45.081	70.309
Outros tributos e contribuições sociais	(14.453)	(10.335)	49.151	(16.248)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(1.750)	(1.588)	(1.986)	(1.590)
Taxas regulamentares	(30)	1.728	(474)	1.321
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(278)	(13.487)	(325)	(14.804)
Outros passivos operacionais	(1.444)	2.058	163.786	(11.854)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.047.372	1.095.228	2.418.325	2.468.964
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(63.800)	(151.855)	(282.236)	(533.858)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(102.432)	(80.359)	(224.372)	(216.460)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	881.140	863.014	1.911.717	1.718.645
Atividades de investimentos				
Aumento de capital em investidas	(3.348)	(3.882)	(3.348)	-
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	-	-	1.890	-
Aquisições de imobilizado	(5.872)	(7.179)	(270.538)	(137.706)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(5.400)	-	(395.083)	(782.390)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	5.400	-	1.094.399	363.913
Adições de intangível	(4.313)	(1.132)	(12.697)	(7.502)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(190.500)	(64.809)	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(467.050)	-	(400.000)	-
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	8.040	423.599	-	422.591
Outros	-	-	(1.964)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(663.043)	346.597	12.659	(141.094)
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	-	(5.859)	-
Aumento de caixa em função de aumento de participação societária	-	-	6.563	-
Captação de empréstimos e debêntures	-	13.500	123.000	849.852
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(529.222)	(888.527)	(3.918.606)	(2.464.066)
Liquidação de operações com derivativos	95.047	94.981	97.051	94.981
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.087.000	-	1.087.000	12
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(53.937)	(423.553)	(122.451)	(462.430)
Captações de mútuos com controladas e coligadas	-	-	2.000.000	-
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	-	-	(446.192)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	598.888	(1.203.599)	(1.179.495)	(1.981.651)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	816.985	6.012	744.879	(404.099)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	87.925	81.913	595.732	999.832
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	904.910	87.925	1.340.612	595.732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
1 - Receita	690.781	865.638	3.802.981	3.595.518
1.1 Receita de venda de energia e serviços	679.739	858.577	3.389.246	3.321.570
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	11.077	7.080	280.376	252.778
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	133.423	21.172
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(34)	(19)	(64)	(2)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(62.133)	(81.168)	(1.125.231)	(1.053.920)
2.1 Custo com energia elétrica	(36.921)	(57.110)	(391.649)	(462.454)
2.2 Material	(6.841)	(4.175)	(167.950)	(92.559)
2.3 Serviços de terceiros	(15.568)	(17.210)	(450.884)	(433.060)
2.4 Outros	(2.803)	(2.673)	(114.748)	(65.846)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	628.649	784.470	2.677.750	2.541.598
4 - Retenções	(56.594)	(75.079)	(702.151)	(767.861)
4.1 Depreciação e amortização	(49.119)	(65.112)	(533.670)	(598.668)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(7.475)	(9.966)	(168.481)	(169.193)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	572.055	709.391	1.975.599	1.773.737
6 - Valor adicionado recebido em transferência	897.758	536.878	536.459	546.592
6.1 Receitas financeiras	21.344	34.299	126.854	197.502
6.2 Equivalência patrimonial	876.414	502.579	409.605	349.090
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.469.813	1.246.269	2.512.058	2.320.329
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	27.932	28.033	127.185	131.844
8.1.1 Remuneração direta	16.325	16.785	88.813	93.775
8.1.2 Benefícios	10.223	9.893	31.207	28.925
8.1.3 F.G.T.S	1.384	1.356	7.166	9.144
8.2 Impostos, taxas e contribuições	179.756	198.330	184.204	453.045
8.2.1 Federais	179.253	197.869	183.316	451.649
8.2.2 Estaduais	21	27	376	932
8.2.3 Municipais	483	434	513	465
8.3 Remuneração de capital de terceiros	63.788	157.180	556.120	782.461
8.3.1 Juros	63.341	156.710	506.401	753.939
8.3.2 Aluguéis	447	469	49.719	28.522
8.4 Remuneração de capital próprio	1.198.337	862.726	1.644.549	952.978
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	103.317	138.769	103.317	75.314
8.4.0 Dividendos (incluindo adicional proposto)	205.120	186.000	980.277	201.455
8.4.2 Lucros retidos	889.900	537.957	560.955	676.209
	1.469.813	1.246.269	2.512.058	2.320.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia e com participação no capital social de outras companhias. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1632, Jardim Professora Tarcília, CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Empresas consolidadas - Controladas

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)

A Companhia detém e controla com participação de 65%, a CERAN que é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista, conforme contrato de concessão é de 360 MW. O início da operação da Usina Hidrelétrica (“UHE”) Monte Claro foi em dezembro de 2004, da UHE Castro Alves em março de 2008 e da UHE 14 de Julho em dezembro de 2008. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)

A Companhia detém e controla com participação de 50,85%, a CPFL Renováveis que é uma sociedade por ações de capital aberto, que possui operação nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2020, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 116 empreendimentos com 3.322,3 MW de capacidade instalada (3.008,7 MW em operação), sendo:

- Geração de energia hidrelétrica: 41 pequenas centrais hidrelétricas - PCHs (481,1 MW) com 40 PCHs em operação (453,1 MW) e 1 PCH em construção (28 MW), 3 usinas hidroelétricas – UHEs em operação (848 MW - 51,54% sobre a energia assegurada e potência da UHE Serra da Mesa, cuja concessão pertence a Furnas, 25,01% da BAESA - Energética Barra Grande S.A. “BAESA” e 100% de Rio do Peixe) e 6 centrais geradoras elétricas – CGHs em operação (4 MW);
- Geração de energia eólica: 57 empreendimentos (1.594,1 MW) com 45 em operação (1.308,5 MW) e 12 em construção/desenvolvimento (285,6 MW);
- Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (394 MW);
- Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW).

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020 e também descrito na nota 12.1, em 30 setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a segunda etapa do plano de reestruturação societária com objetivo de integração da CPFL Renováveis, em continuidade à comunicação realizada por meio do fato relevante datado de 21 de maio de 2019.

A Reestruturação Societária foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em 22 de setembro de 2020, por meio da Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e nº 9.230/2020, bem como a proposta foi avaliada e aprovada internamente pelas Diretorias Executivas e Conselhos de Administração da Companhia. Com a reestruturação, a CPFL Renováveis passa a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas (“UHEs”) Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas

localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL.

As concessões da CPFL Renováveis se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Possui ainda parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”) e o prazo de concessão se encerrará em 2040. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios).

O acervo líquido contábil apurado na data base de 30 de setembro de 2020, está demonstrado abaixo:

Ativo	Acervo Líquido Contábil - Data Base			Passivo	Acervo Líquido Contábil - Data Base		
	30/06/2020	Variação	30/09/2020		30/06/2020	Variação	30/09/2020
Circulante	177.636	(194.304)	(16.668)	Circulante	691.950	(350.991)	340.960
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	84.999	84.999	Empréstimos e financiamentos	572.889	(381.192)	191.697
Derivativos	161.034	(83.306)	77.728	Outros impostos, taxas e contribuições	69.923	34.359	104.282
Outros tributos a compensar	9.940	12.957	22.897	Outras contas a pagar	49.139	(4.158)	44.981
Outros ativos	6.662	1.870	8.532	Não Circulante	235.673	(31.856)	203.817
Efeito líquido no caixa oriundo da cisão	-	(210.824)	(210.824)	Débitos fiscais diferidos	203.152	(30.865)	172.288
Não Circulante	1.145.917	(20.354)	1.125.563	Outras contas a pagar	32.521	(991)	31.530
Imobilizado	938.888	(16.556)	922.332	Total Passivo	927.623	(382.847)	544.777
Investimentos	126.852	(1.080)	125.772				
Intangível	78.070	(2.492)	75.579	Acervo Líquido	395.929	168.188	564.117
Outros ativos	2.107	(227)	1.880				
Total Ativo	1.323.552	(214.658)	1.108.894				

O acervo líquido contábil foi reconhecido contabilmente em 30 de setembro de 2020 na controlada CPFL Renováveis da seguinte forma:

Patrimônio Líquido	Acervo Líquido Contábil - Data Base		
	30/06/2020	Variação	30/09/2020
Patrimônio Líquido	395.929	168.188	564.117
Capital Social	108.139	-	108.139
Lucros Acumulados	-	174.139	174.139
Resultado abrangente acumulado	287.790	(5.951)	281.839

Em conjunto com a reestruturação societária, a companhia realizou um aumento de capital na CPFL Renováveis no montante de R\$ 210.000 com a emissão de 24.502 novas ações ordinárias com a expressa anuência da CPFL Energia que abre mão de seu direito de preferência para subscrição de novas ações. Após as supracitadas transações a participação da Companhia e CPFL Energia na CPFL Renováveis passam a ser 50,85% e 49,15% respectivamente.

CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda. (“CPFL Piracicaba”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 2012, pela CPFL Geração, para operar na concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, para a construção e operação de uma subestação de 440 kV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão. O serviço de transmissão da rede básica, iniciou suas operações em 02 de julho de 2015.

CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda. (“CPFL Morro Agudo”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em janeiro de 2015 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, estando em construção uma subestação de 500/138 kV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, que será transferida para a Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. – RPTE, conforme previsto no edital do Leilão. O serviço de transmissão da rede básica, iniciou suas operações em 02 de julho de 2017.

CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda. (“CPFL Maracanaú”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Maracanaú é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em julho de 2018 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 002/2018, uma subestação de 230/69 kV – 3X150MVA, localizada no município de Maracanaú, no Estado do Ceará, além de um trecho de linha de transmissão de aproximadamente 1km de extensão em circuito duplo. O início das obras ocorreu em novembro de 2020 e o início das operações está previsto para fevereiro de 2022.

CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. (“CPFL Sul I”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul I é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em março de 2019 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 05 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, constituído por um novo pátio de 230 kV na SE Itá, com (6+1R)X224MVA bancos de transformadores 525/230 kV e duas linhas de transmissão em circuito duplo 230 kV a partir dessa subestação, sendo a primeira para a SE Pinhalzinho 2 com 105 km de extensão, e a segunda para a SE Xanxerê com 55 km. O início das obras ocorreu em abril de 2020 e início das operações está previsto a partir de fevereiro de 2022.

CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda. (“CPFL Sul II”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul II é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em março de 2019 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 11 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, quais sejam, a implantação da SE Porto Alegre 1 230/ 69 /13,8 kV- 3X83MVA, da SE Vila Maria 230 / 138 / 13,8 kV – 2X150MVA fruto do seccionamento da linha de transmissão 230kV Passo Fundo - Nova Prata, a implantação da SE Osório 3 230 kV a partir do seccionamento da linha de transmissão 230 kV Lagoa dos Barros – Osório 2, e ainda a implantação de outros três trechos de linha 230 kV em circuito simples, sendo o primeiro com aproximadamente 66 km ligando a SE Osorio 3 – Gravataí 3, o segundo (subterrâneo) com aproximadamente 3,6 km ligando a SE Porto Alegre1- SE Jardim Botânico e o terceiro (subterrâneo) com aproximadamente 4 km ligando a SE Porto Alegre 1 – SE Porto Alegre 8. O início das obras ocorreu em novembro de 2019 e o início das operações está previsto a partir de setembro de 2021.

Empreendimentos controlados em conjunto

BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

A participação da BAESA foi transferida para a CPFL Renováveis como parte do acervo cindido conforme mencionado na nota 12.1.

Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”)

Controlado em conjunto com participação de 48,72%, a ENERCAN é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração do aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 880 MW. O início da operação comercial ocorreu em 2007, sendo que 2 turbinas entraram em operação em fevereiro e a terceira e última turbina em maio do mesmo ano. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”)

Controlado em conjunto com participação de 53,34% a partir de 01 de fevereiro de 2015, a EPASA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) Usinas Termoelétricas (“UTE”), denominadas “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste”, ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada é de 170,8 MW cada, que entraram em operação respectivamente em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011. As referidas usinas receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica.

As UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, este custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário (“CVU”) declarado pela energia gerada. Assim, há 2 tipos de Receita nas UTEs:

- Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.
- Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTEs e valorada ao CVU, que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTEs, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

Chapecoense Geração S.A. (“Chapecoense”)

Controlado em conjunto com participação de 51%, a Chapecoense é uma sociedade por ações de capital fechado que detém a participação integral na Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”), sendo também uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada é de 855 MW. Em 2010, entraram em operação 3 (três) unidades geradoras com potência instalada de 213,75 MW cada, cujas datas foram 14 de outubro, 23 de novembro, 30 de dezembro, sendo que a quarta e última unidade entrou em operação em 12 de março de 2011. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Capital Circulante Líquido Negativo

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.853.068.

A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido, através do suporte que a Controladora CPFL Energia tem como um todo em caso de eventuais necessidades de caixa para honrar com os compromissos.

1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de *home office*, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A Conta COVID destina-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”.

A disponibilidade de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) é limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e

parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A.

A CCEE contratou a operação de crédito para aportar recursos à Conta COVID e está efetuando o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito se dará por meio de encargo, denominado CDE COVID, a ser homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para a quitação da referida operação.

O efeito financeiro e econômico para Companhia e suas controladas ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social por possíveis novas ondas de contágio e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. A Companhia e suas controladas continuarão monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (*“IFRS” – International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia e suas controladas também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (*“ANEEL”*), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 15 de março de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em todos os outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões

são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 9 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Provisões (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 32 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia das controladas, e dos empreendimentos controlados em conjunto é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em atividades de geração e transmissão de energia elétrica, em uma única natureza, (“Geração”).

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral. Apesar de deter mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos, uma vez que a análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros, detida nas controladas CERAN e subsidiárias não integrais da CPFL Renováveis.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

2.8 Nova apresentação das demonstrações financeiras

A partir de dezembro de 2020, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das informações contábeis a Companhia passou a efetuar apresentação única do tipo de negócio referente a atividades de geração (anteriormente segregada entre geração convencional e geração renovável) em informações por segmento.

Para fins de comparabilidade, estas mudanças foram aplicadas retrospectivamente conforme CPC 23/IAS 8, e, portanto, a Companhia está reapresentando a nota explicativa de informações por segmento (Nota 28) as demonstrações financeiras de 2019 com a união dos segmentos das atividades de geração de energia convencional e renovável. Não houve alterações nas demonstrações de resultado.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Contratos de concessão

Transmissoras:

As transmissoras controladas da Companhia, são responsáveis por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo.

Em 1º de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47/IFRS 15 do CPC48/IFRS 9 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Contábeis das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

A Administração da Companhia reavaliou o modelo e as premissas utilizadas e concluiu que os impactos da aplicação do Ofício são imateriais para ajustes.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pelo ofício e conforme suas políticas contábeis, esclarece que:

- I. Atribui margens esperadas de construção entre 5,1% e 7,8%, antes dos impostos, e de operação e manutenção de 45% no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas;
- II. A atualização monetária do ativo contratual reconhecida pela taxa implícita é estabelecida no início de cada projeto após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5% a.a. e 13,5% a.a.;
- III. A companhia monitora o retorno dos seus investimentos de transmissão e atualmente a taxa nominal antes dos impostos esperada para seus projetos varia entre 12% a.a. e 16% a.a.

3.3 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que

	são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
--	---

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2,47% a 17,77%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.5 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, *software* e servidão de passagem.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- (i) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.
- (ii) Uso do Bem Público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela ANEEL.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa ANEEL nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se de um ativo intangível relacionado ao direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos. Adicionalmente considerando-se também por analogia condições previstas no referido CPC 04, o ativo que pode ser constituído pela repactuação do risco não hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, e tendo como base os parâmetros que são determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. Tais montantes são transformados pela ANEEL em extensão do prazo da outorga.

Essa compensação aos geradores hidroelétricos que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, é reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica. Vide notas explicativas 12 e 14.1 e 25.

3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas

e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 / IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o *ágio* (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: *ágio*, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo *ágio*, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do

desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.9 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço anual ou semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de suprimento da Companhia e suas controladas proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura das transmissoras é registrada de acordo com o CPC 47 / IFRS 15, tendo como contrapartida um ativo contratual.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos pelo regime de competência sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

Em 2020 as receitas provenientes de clientes que representam 10% ou mais do total de receitas da Companhia são como segue: Furnas R\$ 470.756 (73%) e CPFL Paulista R\$ 116.679 (18%).

3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia e suas controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por

meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.13 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("*goodwill*"). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.14 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Renováveis são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da CPFL Geração na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12.4.3.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Conseqüentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.15 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas

(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de *hedge*.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado, Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32), e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldos bancários	1.921	2.040	229.926	161.307
Aplicações financeiras	902.988	85.885	1.110.686	434.425
Título de crédito privado (a)	902.988	85.885	1.019.480	227.624
Fundos de investimento (b)	-	-	91.206	206.801
Total	904.910	87.925	1.340.612	595.732

- a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDBs no montante de R\$ 963.370 (R\$ 70.892 em 31 de dezembro de 2019), (ii) Operações Compromissadas em debêntures no montante de R\$ 56.110 (R\$ 14.991 em 31 de dezembro de 2019) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 100% do CDI para CDB e 70% para Operações Compromissadas (100,1% do CDI para CDB e 80% do CDI para Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2019).
- b) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 81,03% do CDI (94,61% do CDI em 31 de dezembro de 2019), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Através de fundos de investimentos (a)	308.482	449.786
Total	308.482	449.786

- (a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 81,64% do CDI (99,87% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Operações realizadas na CCEE (a)	6	848	88.296	66.098
Concessionárias e permissionárias (b)	207	85.450	311.335	292.816
Outros	345	404	372	380
	558	86.702	400.003	359.294
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(448)	(435)	(504)	(448)
Total	110	86.266	399.498	358.847
Não circulante				
Operações realizadas na CCEE (a)	38.274	29.703	243.272	179.913
Total	38.274	29.703	243.272	179.913

a) Operações realizadas na CCEE

O saldo do não circulante de R\$ 243.272 refere-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente a saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. Em 08 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Em 01 de dezembro de 2020, a ANEEL aprovou o texto da resolução normativa que regulamenta novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tal decisão permite a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado com redução da percepção de risco do setor elétrico. A Companhia e suas controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

b) Concessionárias e Permissionárias

No saldo consolidado está composto:

- R\$ 280.118 (R\$ 167.380 em 31 de dezembro de 2019) referente a energia produzida pela controlada CPFL Renováveis que basicamente é comercializada como PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, junto à Eletrobrás e mercado livre;
- R\$ 30.361 (R\$ 39.296 em 31 de dezembro de 2019) decorrente da energia produzida pela CERAN que é comercializada essencialmente com a CPFL Paulista, a CPFL Piratininga e a CPFL Brasil;
- R\$ 649 (R\$ 690 em 31 de dezembro de 2019) referente à Transmissão de energia elétrica e Uso de rede elétrica; e
- R\$ 207 (R\$ 66.489 em 31 de dezembro de 2019) referente principalmente ao saldo a receber da quota parte da Companhia da energia produzida pela Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, que está sendo integralmente comercializada com FURNAS.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota explicativa 32 d.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2018	(451)	(326)	(777)
Adição em função de aquisição de empresas	-	(1)	(1)
Provisão revertida (constituída) líquida	3	-	3
Recuperação de receita	(5)	-	(5)
Baixa de contas a receber provisionadas	5	-	5
Saldo em 31/12/2019	(448)	(327)	(775)
Reestruturação societária	(25)	(23)	(48)
Provisão revertida (constituída) líquida	(50)	(2)	(52)
Baixa de contas a receber provisionadas	19	-	19
Saldo em 31/12/2020	(504)	(352)	(856)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>				
Antecipações de contribuição social - CSLL	215	-	985	486
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	551	-	2.315	1.638
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2	1.158	34.530	47.068
Imposto de renda e contribuição social a compensar	768	1.158	37.830	49.193
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	452	10.239	58.916	33.823
ICMS a compensar	-	-	6.285	5.836
Programa de integração social - PIS	1	530	10.687	4.866
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	5	2.445	37.827	22.706
Outros	-	-	2.725	737
Outros tributos a compensar	459	13.213	116.440	67.968
Total Circulante	1.227	14.371	154.271	117.161
<u>Não circulante</u>				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	27	36
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	56.050	32.284
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	56.077	32.320
ICMS a compensar	-	-	2.808	2.808
Outros	-	-	3.580	3.580
Outros tributos a compensar	-	-	6.388	6.388
Total não circulante	-	-	62.465	38.708

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - No consolidado em 31 de dezembro de 2020, inclui-se o montante de R\$ 57.496 (R\$ 22.148 em 31 de dezembro de 2019) da controlada CPFL Renováveis, referente a retenções sobre aplicações financeiras, que conforme expectativa da Administração será compensado com recolhimento de imposto de renda.

PIS/COFINS - No circulante consolidado em 31 de dezembro de 2020, inclui o montante de R\$ 47.888 (R\$ 23.446 em 31 de dezembro de 2019) que representa os créditos apurados pela controlada CPFL Renováveis retidos de órgãos públicos sobre a venda de energia.

(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 – Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>				
Bases negativas	-	-	94.138	23.234
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	244	(46.410)	(284.585)	(292.691)
Subtotal	244	(46.410)	(190.447)	(269.457)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>				
Prejuízos fiscais	-	-	261.356	64.539
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	10.769	9.800	10.769
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	677	(128.918)	(788.148)	(808.544)
Subtotal	677	(118.150)	(516.992)	(733.236)
<u>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</u>				
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	-	-	(23.069)	(9.635)
Total	920	(164.560)	(730.508)	(1.012.328)
Total crédito fiscal	920	-	2.157	-
Total débito fiscal	-	(164.560)	(732.665)	(1.012.328)

9.2 – Benefício fiscal do intangível incorporado

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

9.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	30	83
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40	112	69	191
Provisão relacionada a pessoal	48	134	201	557
Derivativos	88	244	(4.383)	(12.176)
Perdas atuariais	-	-	554	1.538
Marcação a Mercado- Derivativos	34	94	(517)	(1.433)
Marcação a Mercado- Dívidas	-	-	126	354
Depreciação acelerada incentivada	-	-	(206)	(572)
Outros	33	92	119	330
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	-	-	(45.568)	(126.578)
Perdas atuariais	-	-	3.334	9.260
Marcação a Mercado- Derivativos	-	-	-	(1)
Marcação a Mercado- Dívidas	-	-	(169)	(471)
Total	244	677	(46.410)	(128.918)

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	159	442	-	30	83	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40	112	-	69	191	-
Programas de P&D e eficiência energética	-	-	-	5	14	-
Provisão relacionada a pessoal	550	1.529	-	201	557	-
Derivativos	(5.295)	(14.709)	-	(4.383)	(12.176)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(2.923)	(6.082)	(23.069)	(2.215)	(4.137)	(9.635)
Perdas atuariais	-	-	-	554	1.538	-
Marcação a Mercado- Derivativos	34	94	-	(516)	(1.434)	-
Marcação a Mercado- Dívidas	(181)	(503)	-	127	354	-
Depreciação acelerada incentivada	(26.930)	(74.805)	-	(25.518)	(70.884)	-
Outros	(2.918)	(19.149)	-	(1.148)	(736)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(40.438)	(112.327)	-	(45.568)	(126.578)	-
Perdas atuariais	162	450	-	3.334	9.260	-
Marcação a Mercado- Derivativos	21	60	-	-	(1)	-
Marcação a Mercado- Dívidas	(62)	(171)	-	(169)	(471)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios CPFL Renováveis						
Impostos diferidos - ativo:						
Combinação de negócios						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	16.965	47.125	-	18.334	50.955	-
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(18.323)	(50.897)	-	(19.177)	(53.270)	-
Intangível - direito de exploração/autorização em controladas indiretas adquiridas	(205.445)	(559.317)	-	(216.651)	(601.809)	-
Total	(284.585)	(788.148)	(23.069)	(292.691)	(808.544)	(9.635)

9.4 – Expectativa de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros.

Sua composição é como segue:

	Controladora	Consolidado
Expectativa de recuperação		
2021	793	53.064
2022	25	41.968
2023	25	37.338
2024	25	43.462
2025	25	52.718
2026 a 2028	25	127.861
Total	921	356.413

9.5 – Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda, registrados nos resultados dos exercícios de 2020 e 2019:

	Controladora			
	2020		2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.312.016	1.312.016	977.949	977.949
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(876.414)	(876.414)	(502.579)	(502.579)
Amortização de intangível adquirido	(564)	-	(579)	-
Realização correção monetária complementar	1	-	2	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	-	-	(6)	(6)
Juros sobre o capital próprio	(103.317)	(103.317)	(138.769)	(138.769)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.801	2.364	2.014	2.605
Base de cálculo	333.523	334.649	338.032	339.200
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(30.017)	(83.662)	(30.423)	(84.800)
Corrente	(30.405)	(83.771)	(38.983)	(107.286)
Diferido	388	109	8.560	22.486

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

	Consolidado			
	2020		2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.579.973	1.579.973	1.168.860	1.168.860
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(409.606)	(409.606)	(349.090)	(349.090)
Amortização de intangível adquirido	(564)	-	(579)	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	-	-	(6)	(6)
Efeito regime lucro presumido	(499.315)	(572.715)	(339.527)	(397.258)
Juros sobre o capital próprio	(103.317)	(103.317)	(138.769)	(138.769)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	121.129	98.097	50.430	47.538
Base de cálculo	688.300	592.432	391.319	331.275
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(61.947)	(148.108)	(35.219)	(82.819)
Ajustes de créditos fiscais	72.372	202.259	(27.723)	(70.121)
Total	10.425	54.150	(62.942)	(152.940)
Corrente	(69.401)	(172.657)	(85.135)	(215.724)
Diferido	79.826	226.807	22.193	62.784

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Ajustes de créditos fiscais – O crédito fiscal constituído corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituído corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção. A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício de R\$ 306.633 refere-se a (i) prejuízo fiscal e base negativa (receita de R\$ 267.721 em 2020 e receita de R\$ 578 em 2019); (ii) benefício fiscal do ágio incorporado (despesa de R\$ 969 em 2020 e despesa de R\$ 1.292 em 2019) e (iii) diferenças temporárias (receita de R\$ 39.881 em 2020 e receita de R\$ 85.695 em 2019).

Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada CPFL Renováveis possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 576.370 (R\$ 833.834 em 31 de dezembro de 2019), por não haver, naquele momento, provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

9.6 – Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2020 e 2019 foram os seguintes:

	Consolidado			
	2020		2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	19.409	19.409	24.925	24.925
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados (*)	-	-	(2.242)	(6.230)
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	-	-	448	1.248
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	-	-	(1.794)	(4.983)
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	(445)	(445)	1.856	1.856
Custo atribuído de ativo imobilizado	38.707	38.707	38.897	38.897
Subtotal	38.262	38.262	40.753	40.753
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(3.444)	(9.565)	(3.668)	(10.188)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(3.444)	(9.565)	(5.463)	(15.170)

(*) Não houve apuração dos impostos diferidos para o resultado atuarial, por não haver expectativa de realização

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(10) ATIVO CONTRATUAL

	Consolidado
Saldo em 31/12/2018	-
Reclassificação de outros créditos	249.652
Adições	20.970
Atualização	31.725
Recebimento RAP	(23.344)
Saldo em 31/12/2019	279.003
Circulante	24.387
Não circulante	254.616
Adições	134.104
Atualização	40.130
Recebimento RAP	(24.134)
Saldo em 31/12/2020	429.103
Circulante	24.833
Não circulante	404.271

Ativo contratual das transmissoras: refere-se ao direito à “Receita Anual Permitida – RAP” que será recebida ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão.

(11) OUTROS ATIVOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Créditos a receber - consórcios	-	-	-	-	-	-	13.210	13.210
Adiantamentos - plano de previdência privada	-	132	-	134	282	132	134	134
Adiantamentos - fornecedores	-	-	-	-	120.520	41.494	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	-	-	13.130	568.498
Ordens em curso	-	-	-	-	(146)	1.046	10.813	9.448
Contratos de pré-compra de energia	-	-	-	-	10.432	10.432	7.751	10.432
Despesas antecipadas	265	1.781	-	760	15.977	22.998	3.318	1.827
Repactuação GSF	-	-	-	-	-	5.333	-	-
Adiantamentos a funcionários	53	187	-	-	1.088	707	-	-
Indenizações	7.267	13.628	-	-	30.643	31.730	-	-
Estoques	-	-	-	-	44.721	16.386	-	-
Outros	1.222	(19)	-	-	40.327	13.405	32.189	44.448
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	-	(327)	-	-	(352)	(327)	-	-
Total	8.807	15.382	-	894	263.492	143.335	80.545	647.997

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Referem-se, basicamente, a contas reserva constituídas na controlada CPFL Renováveis, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2020, as garantias estavam 100% integralizadas, com exceção das contas referente a controlada Ludesa, que possuía 86% das garantias integralizadas e sem prazo limite para constituição total.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como mensurado ao custo amortizado.

No ano de 2020 houve resgates referentes aos fundos do BNB, Bradesco, Santander e Itaú para utilização nos pré-pagamentos das dívidas do BNDES (FINEM/FINAME) a eles vinculados.

Adiantamento – fornecedores – Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento, montagem e comissionamento de aerogeradores.

Contratos de pré-compra de energia – Pagamentos antecipados realizados pelas controladas da CPFL Renováveis, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

Repactuação GSF – Prêmio pago antecipadamente pelas controladas Ceran e CPFL Renováveis, referente à transferência do risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Recursos da Bandeira Tarifária (“CCRBT”) e é amortizado de forma linear em contrapartida a outros custos operacionais.

Indenizações – No consolidado o montante de R\$ 30.643, inclui o valor registrado na controladora de R\$ 7.267, referente à indenização pelo acordo de acionistas da Baesa. E saldo de R\$ 23.376 de indenizações provenientes da controlada CPFL Renováveis.

(12) INVESTIMENTOS

12.1 – Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

Em 22 de setembro de 2020 por meio da Resolução Autorizativa nº 9.229/2020 e 9.230/2020, a ANEEL autorizou a cisão parcial da CPFL Geração com versão de seu acervo líquido cindido para a CPFL Renováveis e aumento de capital da CPFL Renováveis mediante a integralização de créditos pela CPFL Geração, com todas operações aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 30 de setembro de 2020. A nova estrutura tem por objetivo gerar fortalecimento das estruturas administrativas e trazer sinergias para o Grupo.

Em decorrência da reestruturação societária, e em consequência das operações, o Capital Social da CPFL

Renováveis passa a ser de R\$ 4.032.291. Além de haver extinção da CPFL Centrais Geradoras, controlada direta da CPFL Energia, que é sucedida pela CPFL Renováveis, a Companhia realizou um aumento de capital na CPFL Renováveis no montante de R\$ 210.000 com a emissão de 24.502 novas ações ordinárias com a expressa anuência da CPFL Energia que abre mão de seu direito de preferência para subscrição de novas ações. Após as supracitadas transações a participação da Companhia e CPFL Energia na CPFL Renováveis passam a ser 50,85% e 49,15% respectivamente. O acervo líquido cindido da CPFL Geração apurado nesta transação foi de R\$ 564.117.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	4.339.596	3.844.167	1.007.016	988.516
Adiantamento para futuro aumento de capital (*)	190.500	64.809	-	-
Subtotal	4.530.096	3.908.976	1.007.016	988.516
Mais valia de ativos, líquidos	7.939	9.481	8.902	9.481
Total	4.538.035	3.918.457	1.015.918	997.997

(*) Em 31 de dezembro de 2020, o montante de adiantamento para futuro aumento de capital era composto pelos adiantamentos para a CPFL Transmissão Sul I R\$ 53.000 e CPFL Transmissão Sul II R\$ 137.500.

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital-%	31/12/2020			31/12/2020		31/12/2019		2020		2019	
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação	Participação	Resultado de equivalência	Resultado de equivalência				
Baesa	-	25,01	-	-	146.090	-	156.185	(8.842)	750				
Enercan	97.831.000	48,72	200.787	572.756	411.370	279.064	207.868	200.432	123.240				
Chapecoense	364.399.765	51,00	714.509	626.909	250.194	319.723	381.219	127.599	140.949				
Epasa	150.941.659	53,34	221.413	446.282	85.528	238.062	243.244	45.623	84.730				
CPFL Renováveis	301.937.337	50,85	4.032.292	5.864.402	792.496	2.982.049	2.416.866	401.178	53.686				
Ceran	78.000.000	65,00	120.000	307.100	118.236	199.615	193.390	76.854	68.554				
CPFL Piracicaba	82.585.354	100,00	82.585	123.976	12.886	123.975	111.089	12.886	14.179				
CPFL Morro Agudo	50.010.000	100,00	100.010	122.339	15.982	122.339	129.611	15.982	16.268				
CPFL Maracanaú	29.588.984	100,00	29.589	30.429	560	30.429	4.152	560	280				
CPFL Sul I	13.455.836	100,00	13.456	67.367	764	14.367	157	764	147				
CPFL Sul II	25.655.831	100,00	25.656	167.472	3.942	29.972	385	3.942	375				
Subtotal Investimento pelo patrimônio líquido						4.339.596	3.844.167	876.978	503.159				
Amortização de mais valia de ativos						-	-	(564)	(579)				
Total						4.339.596	3.844.167	876.414	502.579				

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Companhia, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 564 (R\$ 579 em 2019), é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09(R2).

A movimentação dos saldos de investimento em controladas e empreendimentos controlados em conjunto nos exercícios de 2020 e 2019 é como segue:

Investimento	Saldo em 31/12/2019			Movimentação em 2020					Saldo em 31/12/2020			
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / (Redução) de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)*	Movimentação de capital sem alteração no controle	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Cisão	Outros	Controladora	Eliminação	Consolidado
EPASA	243.245	-	243.245	-	45.623	-	(50.805)	-	-	238.062	-	238.062
BAESA	156.185	-	156.185	-	(8.841)	-	(22.548)	(124.794)	-	-	-	170.167
ENERCAN	207.868	-	207.868	-	200.432	-	(129.236)	-	-	279.065	-	279.065
Chapecoense	381.219	-	381.219	-	127.599	-	(189.095)	-	-	319.723	-	319.723
CERAN	193.390	(193.390)	-	-	76.854	-	(70.629)	-	-	199.615	(199.615)	-
CPFL Piracicaba	111.089	(111.089)	-	-	12.886	-	-	-	-	123.975	(123.975)	-
CPFL Morro Agudo	129.611	(129.611)	-	-	15.982	-	(23.255)	-	-	122.339	(122.339)	-
CPFL Maracanaú	4.152	(4.152)	-	25.717	560	-	-	-	-	30.429	(30.429)	-
CPFL Sul I	157	(157)	-	13.446	764	-	-	-	-	14.367	(14.367)	-
CPFL Sul II	385	(385)	-	25.646	3.942	-	-	-	-	29.972	(29.972)	-
CPFL Renováveis	2.416.866	(2.416.866)	-	210.000	401.178	1.006	(122.211)	85.078	(9.870)	2.982.049	(2.982.049)	-
	3.844.167	(2.855.650)	988.516	274.809	876.979	1.006	(607.779)	(39.716)	(9.870)	4.339.596	(3.502.746)	1.007.016

(*) Adicionalmente, há o efeito relacionado à amortização da mais valia de ativos, líquidos, no montante de R\$ 564 no período.

Investimento	Saldo em 31/12/2018			Movimentação em 2019					Saldo em 31/12/2019		
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / (Redução) de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)*	Movimentação de capital sem alteração no controle	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Controladora	Eliminação	Consolidado	
EPASA	241.433	-	241.433	-	84.730	-	(82.918)	243.245	-	243.245	
BAESA	175.189	-	175.189	-	750	-	(19.754)	156.185	-	156.185	
ENERCAN	175.122	-	175.122	-	123.240	-	(90.494)	207.868	-	207.868	
Chapecoense	378.558	-	378.558	-	140.949	-	(138.288)	381.219	-	381.219	
CERAN	141.975	(141.975)	-	-	68.554	-	(17.138)	193.390	(193.390)	-	
CPFL Piracicaba	96.910	(96.910)	-	-	14.179	-	-	111.089	(111.089)	-	
CPFL Morro Agudo	113.343	(113.343)	-	-	16.268	-	-	129.611	(129.611)	-	
CPFL Maracanaú	10	(10)	-	3.862	280	-	-	4.152	(4.152)	-	
CPFL Sul I	-	-	-	10	147	-	-	157	(157)	-	
CPFL Sul II	-	-	-	10	375	-	-	385	(385)	-	
CPFL Renováveis	2.138.478	(2.138.478)	-	300.000	53.686	(75.298)	-	2.416.866	(2.416.866)	-	
	3.461.018	(2.490.716)	970.302	303.882	503.159	(75.298)	(348.592)	3.844.167	(2.855.650)	988.516	

* Adicionalmente, há o efeito relacionado à amortização da mais valia de ativos, líquidos, no montante de R\$ 579 no exercício.

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, considerando que já renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário referentes ao GSF, para os empreendimentos controlados em conjunto Baesa e Enercan, em linha com a Lei nº 14.052/20, A Companhia reconheceu no resultado de equivalência patrimonial o montante total de R\$ 84.930, líquido dos impostos, equivalente à extensão de prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. O registro do ativo em 2020 ocorre em função de que estas empresas decidiram anteriormente pela repactuação em 2015 e não têm decisões econômicas relevantes a serem tomadas para o recebimento da extensão. Para mais informações vide nota explicativa 3.6 e 14.1.

12.2 – Dividendos a Receber

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

Controlada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
BAESA	3.544	3.504	3.544	3.504
ENERCAN	77.102	59.289	77.102	59.289
CERAN	39.371	22.280	-	-
Chapecoense	-	37.090	-	37.090
CPFL Piracicaba	3.000	11.849	-	-
CPFL Renováveis	95.709	-	-	-
	218.726	134.011	80.647	99.882

12.3 – Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Investimentos		
CPFL Maracanaú	-	25.717
CPFL Sul I	53.000	13.446
CPFL Sul II	137.500	25.646
Total	<u>190.500</u>	<u>64.809</u>

12.4 – Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

12.4.1 – Movimentação da participação de acionistas não controladores

	CERAN	CPFL Renováveis	Total
	<u>76.448</u>	<u>2.112.693</u>	<u>2.189.141</u>
Saldo em 31/12/2018	35,00%	48,44%	
Participação acionária e no capital votante			
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	36.914	53.338	90.252
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	75.298	75.298
Dividendos distribuídos a não controladores	(9.228)	(11.897)	(21.125)
Outras movimentações	-	122	122
Saldo em 31/12/2019	<u>104.134</u>	<u>2.229.554</u>	<u>2.333.688</u>
Participação acionária e no capital votante	<u>35,00%</u>	<u>46,82%</u>	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	41.383	404.828	446.211
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	52.451	52.451
Dividendos distribuídos a não controladores	(38.031)	(118.925)	(156.956)
Efeito cisão	-	420.097	420.097
Saldo em 31/12/2020	<u>107.486</u>	<u>2.988.006</u>	<u>3.095.492</u>
Participação acionária e no capital votante	<u>35,00%</u>	<u>49,15%</u>	

12.4.2 – Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, são como segue:

Ativo e Passivo	31/12/2020		31/12/2019	
	CERAN	CPFL Renováveis	CERAN	CPFL Renováveis
Ativo circulante	48.362	1.470.489	78.836	1.312.372
Caixa e equivalentes de caixa	14.580	326.991	33.140	412.579
Ativo não circulante	755.415	10.798.816	751.546	10.496.351
Passivo circulante	237.318	3.396.333	215.198	1.545.741
Empréstimos, financiamentos e debêntures	105.718	280.309	106.128	617.030
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	-	2.084.052	-	422.082
Outros passivo financeiros	13.560	36.969	13.256	8.175
Passivo não circulante	259.359	2.902.917	317.660	5.616.562
Empréstimos, financiamentos e debêntures	105.531	1.807.460	211.051	4.387.676
Outros passivo financeiros	112.055	-	91.181	-
Patrimônio líquido	307.100	5.970.055	297.523	4.646.421
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	199.614	2.982.049	193.389	2.416.867
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	107.486	2.988.006	104.134	2.229.554

DRE	2020		2019	
	CERAN	CPFL Renováveis	CERAN	CPFL Renováveis
Receita operacional líquida	291.163	2.198.696	339.041	1.928.011
Custo e despesa operacional	(29.972)	(776.897)	(102.685)	(724.479)
Depreciação e amortização	(42.463)	(599.145)	(43.033)	(645.722)
Receita de juros	2.188	34.918	4.821	73.216
Despesa de juros	(43.322)	(293.272)	(39.623)	(420.775)
Despesa de imposto sobre a renda	(59.794)	241.763	(52.197)	(47.152)
Lucro (prejuízo) líquido	118.236	806.006	105.468	107.024
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	118.236	792.496	105.468	96.628
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	13.510	-	10.396

12.4.3 – Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2020, e 31 de dezembro de 2019 são como segue:

Ativo e Passivo	31/12/2020				31/12/2019			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	265.347	88.780	265.109	349.437	219.117	66.863	379.359	294.877
Caixa e equivalentes de caixa	108.113	15.338	122.642	104.598	77.290	18.315	240.645	96.130
Ativo não circulante	1.036.903	1.062.369	2.328.892	382.076	982.032	915.379	2.472.085	470.864
Passivo circulante	446.195	74.545	371.414	90.428	390.817	72.383	451.803	93.512
Empréstimos, financiamentos e debêntures	129.386	-	138.128	35.583	133.548	-	138.759	35.660
Outros passivo financeiros	5.577	36.057	79.396	1.281	7.131	35.944	75.668	1.416
Passivo não circulante	283.300	396.099	1.595.678	194.804	383.699	285.269	1.652.152	216.233
Empréstimos, financiamentos e debêntures	127.895	-	778.003	80.750	255.756	-	913.308	115.842
Outros passivo financeiros	30.081	321.057	789.590	-	25.513	271.267	731.113	-
Patrimônio líquido	572.756	680.505	626.909	446.282	426.632	624.591	747.489	455.996

DRE	2020				2019			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	719.581	296.078	933.403	405.674	650.900	286.378	881.458	560.203
Custo e despesa operacional	(31.749)	61.621	(225.902)	(203.805)	(192.780)	(201.494)	(195.973)	(319.024)
Depreciação e amortização	(49.757)	(51.701)	(124.580)	(90.400)	(49.110)	(50.832)	(124.244)	(34.690)
Receita de juros	2.904	803	9.522	4.027	5.573	1.850	16.309	3.990
Despesa de juros	(18.639)	(85.139)	(209.183)	(10.346)	(33.399)	(31.533)	(163.977)	(13.972)
Despesa de imposto sobre a renda	(209.879)	(75.762)	(134.981)	(22.255)	(126.313)	(1.124)	(136.830)	(38.983)
Lucro (prejuízo) líquido	411.370	146.090	250.194	85.528	252.941	2.999	276.370	158.839
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades Epasa e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelos empreendimentos controlados em conjunto Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendos à Companhia acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

12.4.4 – Operação controlada em conjunto

A Companhia por meio da controlada direta CPFL Renováveis possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

(13) IMOBILIZADO

	Controladora							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2018	11.268	240.179	185.867	578.347	643	359	12.849	1.029.511
Custo histórico	11.268	462.781	386.048	1.443.827	1.813	2.728	12.849	2.321.313
Depreciação acumulada	-	(222.602)	(200.181)	(865.480)	(1.170)	(2.368)	-	(1.291.801)
Adições	-	-	-	-	-	-	7.179	7.179
Baixas	-	-	-	(4.977)	-	-	-	(4.977)
Transferências	-	-	593	4.096	226	-	(4.915)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	(246)	(246)
Depreciação	-	(12.347)	(10.047)	(41.209)	(193)	(72)	-	(63.868)
Baixa da depreciação	-	-	-	3.344	-	-	-	3.344
Saldo em 31/12/2019	11.268	227.833	176.412	539.600	675	287	14.868	970.943
Custo histórico	11.268	462.781	386.641	1.442.945	2.039	2.728	14.868	2.323.269
Depreciação acumulada	-	(234.948)	(210.229)	(903.346)	(1.364)	(2.440)	-	(1.352.326)
Adições	-	-	-	-	-	-	5.872	5.872
Baixas	-	(124)	-	(61.529)	(333)	-	-	(61.987)
Transferências	-	724	(5)	15.457	138	-	(16.314)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	(1.395)	-	-	-	(1.395)
Depreciação	-	(9.260)	(7.539)	(30.918)	(128)	(49)	-	(47.894)
Baixa da depreciação	-	124	-	56.414	254	-	-	56.792
Cisão da atividade de geração - custo	(11.268)	(463.380)	(386.636)	(1.395.478)	(1.843)	(2.727)	(4.427)	(2.265.760)
Cisão da atividade de geração - depreciação	-	244.084	217.768	877.850	1.237	2.489	-	1.343.428
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa média de depreciação 2019	0,00%	2,62%	2,60%	3,10%	14,29%	6,19%		
Taxa média de depreciação 2020	0,00%	2,68%	2,61%	3,15%	14,74%	6,23%		

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2018	172.869	1.388.696	970.958	6.551.426	1.359	3.469	153.416	9.242.194
Custo histórico	220.813	2.214.495	1.560.919	9.801.952	3.036	9.789	153.416	13.964.420
Depreciação acumulada	(47.944)	(825.799)	(589.961)	(3.250.525)	(1.677)	(6.319)	-	(4.722.224)
Adições	-	-	-	-	-	-	250.173	250.173
Baixas	-	(5)	(31.080)	(27.326)	(213)	-	(8)	(58.632)
Transferências	603	15.883	49.925	73.841	608	407	(141.266)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(1.333)	(8.249)	(6.968)	12.395	-	(40)	1.924	(2.271)
Depreciação	(8.875)	(84.562)	(60.328)	(436.416)	(377)	(448)	-	(591.006)
Baixa da depreciação	-	5	2.231	14.697	87	-	-	17.020
Transferências de/para outros ativos - depreciação	(5)	-	21	645	-	-	-	661
Saldo em 31/12/2019	163.259	1.311.769	924.758	6.189.262	1.464	3.389	264.239	8.858.139
Custo histórico	220.083	2.222.123	1.572.796	9.860.862	3.432	10.156	264.239	14.153.690
Depreciação acumulada	(56.824)	(910.354)	(648.038)	(3.671.599)	(1.967)	(6.767)	-	(5.295.550)
Adições	-	-	-	-	-	-	270.538	270.538
Baixas	(1.041)	(3.810)	(33.173)	(99.414)	(447)	(40)	-	(137.925)
Transferências	851	3.429	69.946	44.293	139	302	(118.961)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	(1.395)	-	-	3.930	2.535
Depreciação	(3.375)	(54.552)	(52.839)	(416.762)	(323)	(460)	-	(528.310)
Baixa da depreciação	40	1.938	691	77.490	272	24	-	80.455
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras - custo	3.673	4.147	2.665	10.254	83	163	964	21.949
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras - depreciação	-	(1.204)	(1.697)	(3.280)	(83)	(91)	-	(6.355)
Saldo em 31/12/2020	163.407	1.261.718	910.350	5.800.449	1.106	3.287	420.710	8.561.028
Custo histórico	223.567	2.225.889	1.612.234	9.814.600	3.207	10.581	420.710	14.310.788
Depreciação acumulada	(60.160)	(964.170)	(701.885)	(4.014.151)	(2.102)	(7.292)	-	(5.749.760)
Taxa média de depreciação 2019	3,86%	3,90%	3,91%	4,50%	17,00%	5,79%		
Taxa média de depreciação 2020	3,86%	2,47%	3,31%	4,18%	17,77%	5,33%		

Na controlada CPFL Renováveis, em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos foram capitalizados durante o exercício de 2020, totalizando o montante de R\$ 88, sobre os ativos qualificáveis e em 31 de dezembro de 2019, não houve registro de juros capitalizados.

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da controlada CPFL Renováveis, com

imobilizado em curso de R\$ 419.814 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 248.018 em 31 de dezembro de 2019), que refere-se principalmente às obras e aos projetos em construção do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Farol de Touros, Figueira Branca e Gameleira) de R\$ 139.746 (R\$ 47.990 em 31 de dezembro de 2019) cuja previsão de entrada em operação está para o segundo trimestre de 2021, antecipando a entrega em cerca de 2,5 anos do prazo oficial estabelecido pela ANEEL.

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, nas linhas de “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 16, é de aproximadamente R\$ 818.561 (R\$ 3.908.099 em 31 de dezembro de 2019), sendo o montante relacionado à controlada CPFL Renováveis.

13.1 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2020 e 2019 não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(14) INTANGÍVEL

	Controladora		
	Direito de concessão	Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio		
Saldo em 31/12/2018	93.020	4.143	97.163
Custo histórico	426.450	17.727	444.177
Amortização acumulada	(333.430)	(13.583)	(347.013)
Adições	-	1.132	1.132
Amortização	(9.966)	(1.244)	(11.210)
Baixa e transferência - outros ativos	-	246	246
Saldo em 31/12/2019	83.053	4.278	87.331
Custo histórico	426.450	19.105	445.555
Amortização acumulada	(343.396)	(14.827)	(358.223)
Adições	-	4.313	4.313
Amortização	(7.476)	(1.224)	(8.700)
Baixa e transferência - outros ativos	-	1.395	1.395
Cisão de atividade de geração	(75.579)	-	(75.579)
Saldo em 31/12/2020	-	8.762	8.762
Custo histórico	-	24.813	24.813
Amortização acumulada	-	(16.051)	(16.051)

Consolidado

	Direito de concessão			Total
	Adquirido em combinações de negócio	Uso do bem público	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2018	2.695.645	24.485	45.051	2.765.181
Custo histórico	4.067.744	35.840	107.370	4.210.954
Amortização acumulada	(1.372.099)	(11.355)	(62.318)	(1.445.772)
Adições	-	-	7.502	7.502
Amortização	(167.437)	(1.419)	(6.242)	(175.098)
Transferência - intangíveis	-	-	1.611	1.611
Baixa e transferência - outros ativos	(1.755)	-	-	(1.755)
Saldo em 31/12/2019	2.526.451	23.065	47.924	2.597.441
Custo histórico	4.065.989	35.840	116.485	4.218.314
Amortização acumulada	(1.539.537)	(12.775)	(68.560)	(1.620.872)
Adições	-	8.679	59.180	67.859
Amortização	(181.909)	(1.419)	(7.361)	(190.689)
Baixa e transferência - outros ativos	-	-	(2.386)	(2.386)
Saldo em 31/12/2020	2.344.543	30.325	97.358	2.472.226
Custo histórico	4.065.989	44.519	173.280	4.283.788
Amortização acumulada	(1.721.446)	(14.195)	(75.921)	(1.811.562)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “depreciação e amortização” para a amortização do Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios.

14.1 UBP/Intangível de concessão

A repactuação prevista na Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução ANEEL 895/2020, que trata das compensações de gastos incorridos com fatores não hidrológicos anteriormente incluídos no GSF (*Generation Scaling Factor*), conforme mencionado na nota explicativa 3.6, possui a adesão condicionada a renúncia dos pleitos de ações que correm no judiciário e (ou) do ingresso de futuras ações com teor de natureza análoga, além de não ter repactuado o risco hidrológico anteriormente.

Atualmente o Grupo CPFL possui subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que se encontram em cenário distintos quanto à tramitação e decisão deste tema, conforme segue:

- (i) Subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que em função das repactuações anteriores relacionadas às transações no ambiente de contratação regulada de energia (ACR), já renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário, embora também possuíssem contratos no ambiente de contratação livre (ACL), este último que é alvo da repactuação corrente.
- (ii) Subsidiárias que, por atuarem substancialmente no ambiente de contratação livre (ACL), ainda possuem pleitos em ações no judiciário quanto ao tema.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias que contemplam o primeiro grupo de empresas, reconheceram ativos intangíveis oriundos da extensão de concessão em contrapartida da rubrica “custos operacionais”, considerando que a administração não tem decisão econômica relevante a ser tomada após a regulamentação, para a adesão da repactuação.

O ativo foi reconhecido no montante total de R\$ 55.163, equivalente a extensão de 102 até 1.368 aos prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. Esse montante representa o valor justo do ressarcimento ao qual às Companhias do grupo possuem direito a receber em 31 de dezembro de 2020, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de a 9,63%. Vide notas explicativas 12 e 25.

Para o segundo grupo de subsidiárias, cujos valores são estimados em R\$ 81.887, não houve registros em 2020, visto que o direito de extensão ainda está condicionado à desistência das ações judiciais, fato que ainda está em avaliação pela Administração.

Adicionalmente, em 24 de fevereiro de 2021, subsidiárias pertencentes ao segundo grupo, mesmo que a adesão à referida repactuação esteja em fase de avaliação pela Administração, realizaram pagamentos que remontam o valor de 156.444, referentes à passivos relacionados ao GSF, os quais estavam temporariamente suspensos juntos à CCEE em função de liminares judiciais.

14.2 – Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2020 e 2019, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	170	10.685	92.699	74.120
Encargos de uso da rede elétrica	-	113	2.832	3.387
Materiais e serviços	4.030	5.156	101.029	91.988
Total	4.200	15.954	196.560	169.496
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	-	-	117.360	104.206
Materiais e serviços	2.107	-	4.863	-
Total	2.107	-	122.223	104.206

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	473.434	-	(465.017)	15.322	-	(17.250)	6.489
Pós Fixado							
TJLP	2.625.676	3.000	(2.146.844)	119.294	-	(126.173)	474.954
CDI	157.781	-	(26.000)	3.929	-	(5.868)	129.843
IGP-M	42.606	-	(12.568)	12.381	-	(3.496)	38.922
Outros	31.813	-	(31.706)	804	-	(911)	-
Total ao custo	3.331.311	3.000	(2.682.135)	151.730	-	(153.698)	650.208
Gastos com captação (*)	(20.773)	-	-	17.667	-	-	(3.106)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	308.431	120.000	(229.708)	13.323	119.517	(12.285)	319.277
Marcação a mercado	(466)	-	-	(1.273)	-	-	(1.739)
Total ao valor justo	307.965	120.000	(229.708)	12.050	119.517	(12.285)	317.538
Total	3.618.504	123.000	(2.911.843)	181.446	119.517	(165.983)	964.639
Circulante	582.009						274.616
Não circulante	3.036.495						690.023

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	554.915	-	(77.904)	37.426	-	(41.004)	473.434
Pós Fixado							
TJLP	2.893.887	-	(289.277)	226.875	-	(205.808)	2.625.676
CDI	327.661	-	(164.170)	15.182	-	(20.891)	157.781
IGP-M	51.889	-	(11.141)	5.936	-	(4.077)	42.606
Outros	32.784	-	(711)	1.473	-	(1.735)	31.813
Total ao custo	3.861.136	-	(543.203)	286.891	-	(273.515)	3.331.311
Gastos com captação (*)	(22.373)	-	-	1.600	-	-	(20.773)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	851.261	13.500	(583.272)	26.176	30.513	(29.748)	308.431
Marcação a mercado	(9.472)	-	-	9.006	-	-	(466)
Total ao valor justo	841.789	13.500	(583.272)	35.182	30.513	(29.748)	307.965
Total	4.680.552	13.500	(1.126.474)	323.674	30.513	(303.263)	3.618.504
Circulante	1.104.284						582.009
Não circulante	3.576.268						3.036.495

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
			31/12/2020	31/12/2019		
Mensuradas ao custo						
Moeda Nacional						
Pré fixado						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 5,5%	(a)	-	42.136	2019 a 2022	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de direitos emergentes das autorizações; (v) Penhor de Ações; e (vi) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
FINAME	Pré fixado de 2,5% a 5,5%	(a)	6.489	39.263	2019 a 2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Conta Centralizadora; e (iv) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
BNB	Pré fixado de 9,5% a 10,14%		-	392.036	2027 a 2037	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão e vinculação de receita; (iii) Penhor de ações; (iv) Penhor dos direitos emergentes das autorizações; (v) Conta Reserva; (vi) Fiança Bancária; e (vi) Fiança da CPFL Renováveis
			6.489	473.434		
Pós fixado						
TJLP						
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 5,5%	(b)	474.288	2.623.869	2020 a 2039	(i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Contas Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de Ações; (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária
FINEP	TJLP + 5%		666	1.808	2021	Fiança bancária
			474.954	2.625.676		
CDI						
Empréstimos bancários	105% do CDI e CDI + 1,9%	(c)	129.843	157.781	2019 a 2023	Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e Fiança da CPFL Renováveis
			129.843	157.781		
IGPM						
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%		38.922	42.606	2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação
Outros						
Outros	IPCA + 2,08%		-	31.813	2038	Fiança Bancária
Total moeda nacional			650.208	3.331.311		
Gastos com captação (*)			(3.106)	(20.773)		
Mensuradas ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 2,07% a 3,29%		319.277	308.431	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			319.277	308.431		
Marcação a mercado			(1.739)	(466)		
Total moeda estrangeira			317.538	307.965		
Total			964.639	3.618.504		

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem *swap* convertendo variação cambial em variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificaram suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia e de suas controladas, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que é dependente das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 1.739 (R\$ 466 em 31 de dezembro 2019), que compensados pelas perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 2.636 (R\$ 540 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram uma perda líquida de R\$ 897 (perda líquida de R\$ 74 em 31 de dezembro de 2019).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2022	57.562
2023	149.922
2024	149.109
2025	96.482
2026	47.914
2027 a 2031	102.467
2032 a 2036	34.793
2037 a 2041	34.115
2042 a 2046	19.900
Subtotal	692.264
Marcação a mercado	(2.242)
Total	690.023

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

<u>Indexador</u>	<u>Variação acumulada %</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>% da dívida</u>	
			<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IGPM	23,14	7,30	4,03	1,18
TJLP	4,87	6,30	49,24	72,56
CDI	2,78	5,97	13,46	4,36
Outros			33,27	21,90
			100,00	100,00

Principais adições no exercício:

Modalidade Empresa	Montantes Liberados			Pagamento de juro	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Custo Hedge
	Total aprovado	em 2020	Liberado líquido dos gastos de captação						
Moeda nacional									
TJLP - BNDES									
Boa Vista 2	144.500	3.000	3.000	Mensal	Mensal a partir de dezembro de 2019	Investimento	TJLP + 2,52%	TJLP + 3,27%	N/A
Moeda Estrangeira									
Dólar									
Empréstimos bancários (Lei 4.131)									
CPFL Renováveis	120.000	120.000	120.000	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%	CDI + 0,80%
	264.500	123.000	123.000						

Pré-pagamento:

Durante o exercício de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 2.434.320 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até julho de 2038, na controlada CPFL Renováveis.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da CPFL Renováveis, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2 e 1,3.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado					Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos		
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
TJLP	438.990	(448.249)	12.002	(2.744)	-	
CDI	2.880.085	(558.514)	82.656	(95.077)	2.309.151	
IPCA	337.046	-	33.215	(18.432)	351.828	
Total ao custo	3.656.122	(1.006.763)	127.873	(116.253)	2.660.979	
Gastos com captação (*)	(16.200)	-	10.964	-	(5.235)	
Total	3.639.922	(1.006.763)	138.837	(116.253)	2.655.744	
Circulante	482.939				875.329	
Não circulante	3.156.984				1.780.416	

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
TJLP	481.099	-	(70.761)	33.385	(4.732)	438.990
CDI	3.210.568	838.000	(1.157.723)	199.340	(210.101)	2.880.085
IPCA	419.775	-	(109.107)	42.139	(15.760)	337.046
Total ao custo	4.111.442	838.000	(1.337.591)	274.864	(230.593)	3.656.122
Gastos com captação (*)	(25.352)	(228)	-	9.380	-	(16.200)
Total	4.086.090	837.772	(1.337.591)	284.244	(230.593)	3.639.922
Circulante	716.319					482.939
Não circulante	3.369.771					3.156.984

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia	
		31/12/2020	31/12/2019			
Mensuradas ao custo Pós fixado						
TJLP	TJLP + 1%	-	438.990	2009 a 2029	(i) Fiança Bancária; (ii) Alienação fiduciária de equipamentos; (iii) Cessão e vinculação de receita dos CCVEs; (iv) Penhor das Ações; (v) Penhor dos direitos emergentes das autorizações; (vi) Conta Reserva e (vii) Fiança da SIF Energies do Brasil.	
CDI	(i) De 105,75% a 107,5% do CDI	(a)	1.256.846	1.564.854	2018 a 2022	Fiança da CPFL Energia
	(ii) CDI + 0,75% De 104,75% a 110% do CDI	(a)	1.052.305	1.315.230	2022	Não existem garantias
IPCA	IPCA + de 5,48% a 5,62%	(b)	351.828	337.046	2021 a 2022	Fiança da CPFL Energia
			2.660.980	3.656.122		
Gastos com captação (*)			(5.235)	(16.200)		
Total			2.655.744	3.639.922		

Algumas debêntures possuem *swap* convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Taxa efetiva:

(a) De 105,45% a 107,82% do CDI | CDI + de 0,76%

(b) IPCA + 5,16%

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas mensuradas ao custo.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2022	1.146.062
2023	634.353
Total	1.780.416

Pré-pagamento:

No ano de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 423.987 (R\$ 675.484 em 31 de dezembro de 2019) de debêntures cujos vencimentos originais eram até novembro de 2028.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controlada CPFL Renováveis

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia e suas controladas mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

18.1 Características

Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da VIVEST um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Adicionalmente para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

CPFL Renováveis (CPFL Geração até 30/09/2020)

Conforme descrito na nota 1.7.1, foi aprovada a cisão parcial da CPFL Geração Energia S.A. com versão do acervo para a CPFL Energias Renováveis S.A. Como consequência desta cisão, o passivo atuarial anteriormente registrado na CPFL Geração passou a ser de responsabilidade da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 2.458 no curto prazo e R\$ 31.260 no longo prazo.

18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	175.300	152.254
Valor justo dos ativos do plano	(122.879)	(105.914)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	52.421	46.340

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

Ativo	Consolidado
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2018	(98.836)
Rendimento esperado no ano	(8.699)
Contribuições de patrocinadoras	(1.604)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(6.426)
Benefícios pagos no ano	9.652
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019	(105.914)
Rendimento esperado no ano	(8.400)
Contribuições de patrocinadoras	(3.037)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(15.899)
Benefícios pagos no ano	10.371
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020	(122.879)

Passivo	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2018	119.964
Custo do serviço corrente bruto	84
Juros sobre obrigação atuarial	10.507
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(165)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	31.516
Benefícios pagos no ano	(9.652)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019	152.254
Custo do serviço corrente bruto	108
Juros sobre obrigação atuarial	11.274
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(18)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	22.053
Benefícios pagos no ano	(10.371)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020	175.300

18.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado
Passivo atuarial líquido em 31/12/2018	21.129
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.892
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(1.604)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(165)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	31.516
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(6.426)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	46.340
Outras contribuições	134
Total passivo	46.473
Circulante	3.971
Não circulante	42.502

	Consolidado
Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	46.340
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	2.982
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(3.037)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(18)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	22.053
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(15.899)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	52.419
Outras contribuições	39
Total passivo	52.458
Circulante	3.161
Não Circulante	49.298

18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2021 estão apresentadas no montante de R\$ 4.384.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Pagamentos de benefícios esperados

2021	13.321
2022	13.578
2023	13.850
2024	14.074
2025 a 2030	87.983
Total	142.806

Em 31 de dezembro de 2020, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 10 anos.

18.5 Reconhecimento das despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2021 e as despesas reconhecidas em 2020 e 2019, são como segue:

	<u>Consolidado</u>
	<u>2021 estimadas</u>
Custo do serviço	149
Juros sobre obrigações atuariais	13.019
Rendimento esperado dos ativos do plano	(9.141)
Total da despesa (receita)	<u>4.027</u>

	<u>Consolidado</u>
	<u>2020 realizadas</u>
Custo do serviço	108
Juros sobre obrigações atuariais	11.274
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.400)
Total da despesa (receita)	<u>2.982</u>

	<u>Consolidado</u>
	<u>2019 realizadas</u>
Custo do serviço	84
Juros sobre obrigações atuariais	10.507
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.699)
Total da despesa (receita)	<u>1.892</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.	7,43% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.	7,43% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,31% a.a.	5,56% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

18.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, administrados pela VIVEST. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2021, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2020.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Renda fixa	77%	75%
Títulos públicos federais	65%	61%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	2%	4%
Outros investimentos de renda fixa	9%	9%
Renda variável	18%	17%
Ações da CPFL Energia	0%	0%
Fundos de investimento em ações	18%	17%
Investimentos estruturados	1%	4%
Fundos de investimento multimercado	1%	4%
Cotados em mercado ativo	96%	96%
Imóveis	1%	3%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	1%	0%
Depósitos judiciais e outros	1%	0%
Não cotados em mercado ativo	4%	4%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Meta para 2021
	Consolidado
Renda Fixa	77,6%
Renda variável	18,6%
Imóveis	2,3%
Empréstimos e financiamentos	1,5%
Investimentos estruturados	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%
	100,00%

A meta de alocação para 2021 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da VIVEST efetuada ao final de 2020 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2021, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de *déficit* atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a VIVEST atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixos (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	Consolidado
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	4.457
	+0,25 p.p.	(4.263)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(4.525)
	-1 ano	4.504

(*) A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,72%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,47% a.a. e 7,97% a.a..

(**) A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 Risco de investimento

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da VIVEST o que ocorre ao menos trimestralmente.

A VIVEST utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("*Stress Test*"). A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	56.083	41.442	100.202
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	18.818	16.325	35.784
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	74.901	57.767	135.985
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	1.747	2.833
Programa de integração social - PIS	51	1.106	7.109	4.956
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	258	5.107	29.979	21.526
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	9.518	-	9.518
Outros	321	685	33.296	7.352
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	630	16.417	72.132	46.185
Total Circulante	630	91.318	129.899	182.170
Não circulante				
ICMS a pagar	-	-	839	805
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	839	805
Total Não circulante	-	-	839	805

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota Nota 20 – Provisões.

(20) PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (20.1)	-	307	38.490	25.287
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (20.2)	-	-	204.901	228.329
Total	-	307	243.392	253.616
Circulante	-	-	19.946	24.485
Não Circulante	-	307	223.446	229.131

20.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	-	-	307	125	8.734	2.012	1.977	1.770
Cíveis	-	-	-	-	26.119	3.435	21.280	3.351
Fiscais	-	1	-	697	3.637	11.149	2.029	9.897
Outros	-	-	-	-	-	83	-	-
Total	-	1	307	822	38.490	16.680	25.287	15.017

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, está demonstrada a seguir:

	Consolidado							Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Combinação de negócios	Incorporação	
Trabalhistas	2.576	5.769	(3)	-	123	-	269	8.734
Cíveis	20.681	17.012	(3.092)	(47)	(7.545)	(890)	-	26.119
Fiscais	2.029	3.636	-	-	-	(2.028)	1	3.637
Total	25.287	26.417	(3.095)	(47)	(7.423)	(2.918)	270	38.490

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estavam assim representadas:

	Consolidado		Principais causas
	31/12/2020	31/12/2019	
Trabalhistas	13.044	12.446	Diferenças salariais, vínculo de terceiros, ações coletivas e cláusulas da CCT.
Cíveis	464.356	455.873	Contratos, meio ambiente e rede.
Fiscais	1.379.283	1.399.400	Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 19)
Fiscais - outros	999.576	1.011.175	INSS, PIS, Cofins e ISSQN.
Regulatório	3.964	3.813	Protesto interruptivo de prescrição.
Total	2.860.223	2.882.707	

(a) Fiscais:

Em agosto de 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante atualizado de R\$ 348.006 referente cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

Em 2016 a controlada CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 541.921 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSAs Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável. A partir de setembro de 2020, em decorrência da integração da CPFL Renováveis os processos migraram para a CPFL Renováveis.

(b) Trabalhistas:

No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

20.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

As provisões para custos socioambientais e desmobilização de ativos referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,77% (3,22% em 31 de dezembro de 2019), baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

	Consolidado				
	31/12/2019	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	31/12/2020
Desmobilização de ativos	203.323	-	(32.400)	13.906	184.829
Custos socioambientais	25.006	(6.244)	-	1.309	20.071
Total	228.329	(6.244)	(32.400)	15.215	204.900
Circulante	24.485				19.946
Não Circulante	203.844				184.954

Consolidado

	31/12/2018	Adições	Pagamentos	Baixas	Atualização monetária	Ajuste a Valor Presente	31/12/2019
Desmobilização de ativos	108.711	-	-	(28.848)	12.570	110.890	203.323
Custos socioambientais	24.039	1.579	(1.964)	-	1.352	-	25.006
Total	132.750	1.579	(1.964)	(28.848)	13.923	110.890	228.329
Circulante	22.489						24.485
Não Circulante	110.261						203.844

(21) USO DO BEM PÚBLICO

Consolidado

Empresa	31/12/2020	31/12/2019	Quantidade de parcelas restantes	Taxa de juros
CERAN	124.629	102.952	183	IGP-M + 9,6% a.a.
Circulante	12.573	11.771		
Não circulante	112.056	91.181		

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Consumidores e concessionárias	44	28	-	-	14.916	8.230	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	100	-	-	4.573	7.297	13.539	9.886
FNDCT (*)	-	6	-	-	312	383	-	-
Adiantamentos	117	1.741	463	39	444.757	250.624	25.090	43.287
Folha de pagamento	313	563	-	-	2.122	2.283	-	-
Participação nos lucros	2.050	3.370	325	1.116	15.331	14.119	2.419	2.088
Outros	246	226	-	-	48.614	15.877	1.656	24.593
Total	2.770	6.035	789	1.155	530.626	298.813	42.704	79.854

(*) FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Adiantamentos: refere-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, representado por 181.789.019 mil ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

Através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2020 foi aprovado a redução do capital social da Companhia de R\$ 1.043.922, dividido em 205.492.019 ações ordinárias, para R\$ 935.783, dividido em 181.789.019 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado pela acionista CPFL Energia, como parte do processo de cisão mencionado na nota 1.

Em 2020 a Companhia apresenta o montante de R\$ 1.087.000, correspondente a aporte de recursos destinados a aumento de capital (AFAC), realizados pela CPFL Energia S.A.

23.1 – Gestão de Capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2020, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida alcançou 2,19 vezes o EBITDA em 2020 (2,65 vezes em 2019), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política do grupo é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

23.2 – Oferta Pública de Ações CPFL Renováveis

Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração da CPFL Energia e a Diretoria da Companhia aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e/ou saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA”), a ser realizada pela Companhia, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis.

Em 27 de abril de 2020, a Companhia recebeu o deferimento da CVM relacionado ao pedido da OPA Conversão de Registro bem como para OPA Saída do Novo Mercado. O Edital de Oferta Pública, contendo todos os termos e condições da OPA, foi divulgado pela Companhia no dia 06 de maio de 2020.

Em 21 de maio de 2020, a Companhia, por meio de Fato Relevante, informou que, naquela data, seu Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à aceitação da OPA pelos acionistas da Companhia, conforme parecer aprovado em reunião realizada naquela data.

Em 5 de junho de 2020, a Companhia, por meio de Fato Relevante, informou que o preço de aquisição definitivo para o leilão da OPA, após os ajustes previstos no item 4.5 do Edital, era de R\$ 18,24 por ação ordinária, a ser pago integralmente à vista na data de liquidação financeira (15 de junho de 2020) o leilão da OPA.

Em 10 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, comunicou o resultado do leilão da oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado, unificando as modalidades para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA” e “Leilão”, respectivamente) realizado naquela data na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Como resultado do Leilão, a Companhia (“Ofertante”) adquiriu 183.539 ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, representativas de 0,035% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 18,24, totalizando o valor de R\$ 3.347.751,36 (três milhões, trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos). Com a liquidação financeira das aquisições realizadas no Leilão, que ocorreu em 15 de junho de 2020, as ações em circulação remanescentes passaram a representar 0,021% do capital social da Companhia. Tendo em vista que o número de ações adquiridas pela Ofertante no Leilão superou o montante mínimo necessário para a conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” na CVM, de 2/3 das ações habilitadas no Leilão, a Companhia deu prosseguimento aos atos necessários para a conversão. As ações da Companhia imediatamente deixaram de integrar o segmento do Novo Mercado da B3, passando ao segmento básico da B3 até a manifestação da CVM quanto à conversão de categoria.

Em 19 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, informou que o Conselho de Administração aprovou, naquela data, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da

Companhia, a se realizar no dia 7 de julho de 2020 (“AGE”), para deliberar sobre o resgate da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia que remanesceram em circulação após o leilão da OPA. A AGE ocorreu naquela data e o resgate de ações foi aprovado. O preço do resgate é de R\$ 18,28 por ação, equivalente ao preço da OPA, ajustado pela variação da Taxa SELIC desde 15 de junho de 2020, data de liquidação da OPA, até a data de depósito do valor do resgate (22 de julho de 2020).

23.3 – Reserva de capital

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 106.617, que compreende: i) R\$ 180.453 pela combinação de negócios com a DESA; ii) saldo devedor de R\$ 73.273, referente a variações de participação societária na CPFL Renováveis e iii) saldo devedor de R\$ 563 referente ao pagamento de minoritários. De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

23.4 – Reservas de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.295.830, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 174.118, ii) Reserva de Lucros a Realizar de R\$ 157.852 e iii) Reserva de Reforço de Capital de Giro R\$ 1.963.860.

23.5 – Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado, no montante de R\$ 162.238;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 29.130 (líquido de imposto de renda e contribuição social) corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2);
- (iii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários, de acordo com o IFRS 9 / CPC 48 de R\$ 150.

23.6 – Dividendo e Juros sobre Capital Próprio

Em 15 de setembro de 2020 foi aprovada a declaração de juros sobre o capital próprio intermediários no montante de R\$ 87.820, líquido de impostos, correspondente a R\$ 0,0004274 por ação.

Foram pagos em 2020 o montante de R\$ 53.937 referente aos dividendos e juros sobre capital próprio.

23.7 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2020
Lucro líquido do exercício	1.198.337
Realização do resultado abrangente	22.693
Cisão	(174.139)
Lucro líquido base para destinação	1.046.891
Juros sobre o capital próprio Intermediário	(103.317)
Base para destinação	943.574
Constituição de reserva legal	(26.578)
Constituição de reserva de capital de giro	(711.876)
Dividendos mínimo obrigatório	(205.120)

Para este exercício, considerando o atual cenário macroeconômico, a incerteza hidrológica e as perspectivas econômicas de novos negócios, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 711.876 à reserva estatutária - reforço de capital de giro. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2021, mediante aprovação da Administração.

23.8 – Lucro por ação-básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.198.337	862.726
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	197.591.019.138	205.492.019.285
Lucro por lote de mil ações - básico e diluído	6,06	4,20
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	1.198.337	862.726
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis	-	(7.324)
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	1.198.337	855.402
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	197.591.019.138	205.492.019.285
Lucro diluído por lote de mil ações	6,06	4,16

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da controlada CPFL Renováveis. Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias da controlada CPFL Renováveis.

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita de operações com energia elétrica								
Classe de consumidores								
Industrial	-	-	-	-	8	10	1.917	1.876
Comercial	-	-	-	-	83	89	22.002	20.311
Fornecimento de energia elétrica								
	-	-	-	-	91	99	23.919	22.188
Furnas Centrais Elétricas S.A.	2.158	2.875	462.759	578.603	2.158	2.875	621.496	578.603
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	657	885	181.998	229.483	9.767	10.100	2.548.319	2.517.619
Energia elétrica de curto prazo	-	2	17	525	1.154	(971)	105.182	113.786
Suprimento de energia elétrica	2.815	3.762	644.774	808.611	13.079	12.004	3.274.997	3.210.008
Receita de construção da infraestrutura de concessão			-	-			133.423	21.172
Outras receitas e rendas			34.965	49.966			90.395	89.374
Outras receitas operacionais			34.965	49.966			223.818	110.546
Total da receita operacional bruta			679.739	858.577			3.522.733	3.342.743
Deduções da receita operacional								
ICMS			-	-			(292)	(869)
PIS			(11.216)	(14.162)			(42.711)	(40.066)
COFINS			(51.660)	(65.230)			(196.831)	(184.121)
ISS			(482)	(424)			(482)	(424)
Reserva global de reversão - RGR			-	-			(152)	(502)
Programa de P & D e eficiência energética			(82)	(97)			(3.289)	(3.753)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH			(130)	(145)			(5.422)	(8.274)
Outros			(820)	(2.220)			(8.642)	(9.985)
			(64.390)	(82.278)			(257.822)	(247.993)
Receita operacional líquida			615.349	776.299			3.264.911	3.094.749

No exercício de 2020, do montante total de R\$ 90.395 (R\$ 89.374 em 2019) apresentado na rubrica de outras receitas e rendas constam R\$ 40.137 (R\$ 31.720 em 2019) referentes a remuneração do ativo contratual das transmissoras.

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Energia comprada para revenda								
Energia de curto prazo	11	-	1.160	-	1.785	1.454	51.689	137.763
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	615	836	34.747	55.778	2.554	2.158	205.279	195.817
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(3.214)	(5.159)	-	-	(15.974)	(14.659)
Subtotal	626	836	32.694	50.619	4.340	3.612	240.994	318.921
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos da rede básica			-	-			96.565	91.698
Encargos de conexão			-	-			11.822	11.163
Encargos de uso do sistema de distribuição			1.013	1.331			27.072	26.032
Encargos de serviço do sistema - ESS			-	-			(776)	(26)
Encargos de energia de reserva - EER			-	-			(1)	6
Crédito de PIS e COFINS			(94)	(123)			(5.141)	(5.054)
Subtotal			920	1.208			129.541	123.820
Total			33.613	51.827			370.535	442.742

Em 2020 foram registrados créditos em energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo de R\$ 46.484 relacionados a repactuação do GSF, conforme nota 14.1.

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Controladora

Despesas Operacionais

	Custo com operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	Pessoal	11.082	11.497	2.184	1.443	16.741	17.644	-	-	30.007
Entidade de previdência privada	2.279	1.892	-	-	-	-	-	-	2.279	1.892
Material	958	1.319	11	14	56	134	-	-	1.025	1.467
Serviços de terceiros	2.674	4.473	27	74	7.626	8.354	-	-	10.327	12.901
Outros	26	78	4	-	3.182	2.661	(48)	319	3.165	3.058
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	423	446	-	-	423	446
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	428	321	-	-	428	321
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	253	42	-	-	253	42
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	926	634	-	-	926	634
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	(119)	240	(119)	240
Outros	26	78	4	-	1.152	1.218	70	79	1.252	1.375
Total	17.019	19.260	2.227	1.532	27.605	28.793	(48)	319	46.803	49.904

Consolidado

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	Pessoal	57.222	49.062	-	-	2.367	1.443	86.264	102.319	-	-	145.853
Entidade de previdência privada	3.452	1.892	-	-	-	-	-	-	-	-	3.452	1.892
Material	21.773	21.412	-	-	11	14	5.124	2.467	-	-	26.908	23.893
Serviços de terceiros	156.865	172.119	-	-	61	103	54.958	56.960	-	-	211.884	229.182
Custos com construção da infraestrutura	-	-	121.045	19.234	-	-	-	-	-	-	121.045	19.234
Outros	51.725	52.782	-	-	4	-	34.224	15.675	48.232	11.120	134.185	79.577
Arrendamentos e aluguéis	22.450	18.759	-	-	-	-	6.619	7.590	-	-	29.069	26.349
Publicidade e propaganda	88	3	-	-	-	-	868	874	-	-	956	877
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	12.340	2.188	-	-	12.340	2.188
Doações, contribuições e subvenções	-	1.687	-	-	-	-	1.540	634	-	-	1.540	2.321
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	47.384	10.075	47.384	10.075
Amortização de prêmio pago - GSF	14.678	11.160	-	-	-	-	-	-	-	-	14.678	11.160
Outros	14.509	21.172	-	-	4	-	12.857	4.389	848	1.045	28.218	26.606
Total	291.037	297.267	121.045	19.234	2.444	1.560	180.570	177.422	48.233	11.120	643.328	506.603

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	11.507	13.625	48.083	93.607
Acréscimos e multas moratórias	76	9	(8)	308
Atualização de créditos fiscais	95	585	1.220	885
Atualização de depósitos judiciais	27	34	651	503
Atualizações monetárias e cambiais	8.270	503	11.663	890
Juros sobre contratos de mútuo	61	19.515	2.227	969
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(642)	(1.595)	(2.365)	(4.770)
Receitas decorrentes de liquidação CCEE	-	-	50.753	89.510
Outros	1.308	30	12.263	10.832
Total	20.702	32.704	124.488	192.733
Despesas				
Encargos de dívidas	(59.636)	(144.067)	(290.970)	(543.637)
Atualizações monetárias e cambiais	(2.795)	(11.713)	(30.689)	(60.176)
Uso do Bem Público - UBP	-	-	(33.982)	(12.911)
Outros	(974)	(1.025)	(151.250)	(137.796)
Total	(63.405)	(156.805)	(506.891)	(754.521)
Resultado financeiro	(42.703)	(124.101)	(382.403)	(561.788)

Na controlada CPFL Renováveis foram capitalizados juros durante o exercício de 2020, no montante de R\$ 88, sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23. Em 31 de dezembro de 2019, não houve capitalizações.

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos com instrumentos derivativos, sendo apurado um ganho no montante de R\$ 129.574 (ganho de R\$ 29.531 em 2019) (nota 32).

(28) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelo tipo de negócio: atividades de geração.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmento.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento geração de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos da Companhia:

	Geração	Eliminações	Total
2020			
Receita operacional líquida	3.264.911	-	3.264.911
(-) Vendas entre segmentos	16	(16)	-
Custo com energia elétrica	(370.552)	17	(370.535)
Custos e despesas operacionais	(643.391)	(1)	(643.392)
Depreciação e amortização	(698.213)	-	(698.213)
Resultado do serviço	1.552.771	-	1.552.771
Resultado de participações societárias	409.606	-	409.606
Receita financeira	124.517	(29)	124.488
Despesa financeira	(506.920)	29	(506.891)
Lucro antes dos impostos	1.579.973	-	1.579.973
Imposto de renda e contribuição social	64.574	-	64.574
Lucro líquido	1.644.548	-	1.644.548
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	417.339	-	417.339

	Geração	Eliminações	Total
2019			
Receita operacional líquida	3.094.749	-	3.094.749
(-) Vendas entre segmentos	23	(23)	-
Custo com energia elétrica	(442.759)	17	(442.742)
Custos e despesas operacionais	(506.611)	6	(506.605)
Depreciação e amortização	(763.845)	-	(763.845)
Resultado do serviço	1.381.558	-	1.381.558
Resultado de participações societárias	349.090	-	349.090
Receita financeira	212.248	(19.515)	192.733
Despesa financeira	(774.035)	19.515	(754.521)
Lucro antes dos impostos	1.168.860	-	1.168.860
Imposto de renda e contribuição social	(215.882)	-	(215.882)
Lucro líquido	952.978	-	952.978
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	137.210	-	137.210

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2020 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.
- b) **Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.
- c) **Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.
- d) **Mútuos** – (i) O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.025.022, refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora SGBP, com vencimento até dezembro de 2021 e remunerado a CDI + 1,1% a.a.; e

(ii) O saldo de mútuo no ativo no montante de R\$ 400.025, refere-se substancialmente ao mútuo da controladora CPFL Energia com a Companhia, com vencimento até dezembro de 2022 e remunerado a 107,5% do CDI.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à VIVEST, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 Entidade de Previdência Privada.

A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1), foi de R\$ 11.231 (R\$ 16.751 em 2019). Este valor é composto por R\$ 9.497 (R\$ 14.646 em de 2019) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 46 (R\$ 85 em 2018) de benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo R\$ 1.688 (R\$ 1.948 em 2019), e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020	2019
Alocação de despesas entre empresas								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	-	-	(23)	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	77.102	59.289	-	-	-	-	-	-
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	3.544	3.501	-	-	-	-	-	-
Chapecoense Geração	-	37.090	-	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	161	198	-	-	2.211	2.240	(35)	(35)
Foz do Chapecó Energia S.A.	17	11	-	-	2.252	2.148	(49)	(49)
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	5	-	-	2.201	1.991	(57)	(57)
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Compra e venda de energia e encargos								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	5.954	-	-	31.192	28.219
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	-	-	184	206	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	5	-	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	61	-	-	13.057	11.115
Adiantamentos de clientes								
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	622	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	-	-	-	882	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	57	1.098	-	-	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	-	396	-	-	-	-
Outras operações financeiras								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	926	500
Mútuo								
State Grid	-	-	2.025.022	-	-	-	-	-

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020	2019
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	13	-	(23)	-	-	183	110
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	1	-	3	-	-	85	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	(3)	203	-	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	(11)	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	1	(1)	24	-	-	1	(33)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	(7)	-	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	4	-	-	-	-	(47)	(40)
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	5	-	-	-	-	(47)	-
Nect Ser Adm Rec Hum Ltda	-	1	-	-	-	-	(12)	(2)
Nect Ser Adm Financ Ltda	-	1	-	21	-	-	1.488	(2)
Nect Ser Adm Sup Log Ltda	-	1	-	-	-	-	46	(2)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	(7)	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	5	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	19	325	345
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	-	10	75	162
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A.	400.025	-	-	422.082	32	-	1.586	5.814
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	385.690	53.937	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	41	21	3	1.697	539	307
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	(3)	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	610	234	-	-	11.027	2.343
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	6	81	-	-	514	2.175
Nect Ser Adm Rec Hum Ltda	-	-	10	429	-	-	1.115	468
Nect Ser Adm Financ Ltda	-	-	144	2.930	-	-	8.045	3.071
Nect Ser Adm Sup Log Ltda	-	-	127	110	-	-	1.308	299
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	6	-	-	-	1.590
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	11.987	52.771	-	-	120.766	544.219	-	89.159
Companhia Paulista de Força e Luz	13.366	26.510	-	556	312.933	209.521	5.471	117.082
Companhia Piratininga de Força e Luz	6.494	13.832	-	-	149.606	106.641	-	62.058
Companhia Jaguar de Energia	3	159	-	-	506	1.296	1.364	1.327
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	(4)	373	-	8	1.736	60.785	101	(96)
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
Adiantamentos de clientes								
Companhia Jaguar de Energia	-	-	11	301	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	92	1.284	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	37.299	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	426	1.769	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	-	-	879	-	-	-	-
Outras operações financeiras								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	2.082
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	66	68	15	-
CPFL Total	-	-	(47)	-	-	-	-	-

(30) SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2020
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	3.935.332
Transporte	Transporte nacional	69.101
Automóveis	Cobertura para terceiros	1.000
Responsabilidade civil	Danos involuntários pessoais e/ou matérias causados a terceiros	234.512
Garantia	Seguro Garantia	949.071
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	145.061
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	610.000
Total		5.944.077

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(31) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração de energia elétrica, transmissão e comercialização de energia.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo CPFL, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO, bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo CPFL, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar, dos contratos de venda de energia do empreendimento controlado em conjunto, ENERCAN. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A exposição relativa aos empréstimos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2020 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios. Apesar deste cenário, não se verificou um cenário crítico de suprimento.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Para os contratos de construção de companhias de transmissão firmados em 2019, a Companhia também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de *commodities* e de insumos, tais como o alumínio necessário para a etapa de construção. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco podem ser utilizadas para reduzir esta volatilidade no fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação podem incorporar instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	Controladora		Consolidado	
				31/12/2020		31/12/2020	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	904.910	904.910	1.340.612	1.340.612
Títulos e valores mobiliários		(a)	Nível 1	-	-	308.482	308.482
Derivativos	32	(a)	Nível 2	-	-	88.079	88.079
Termo de mercadoria (alumínio) e NDF dólar	32	(a)	Nível 2	1	1	1	1
Total				904.911	904.911	1.737.174	1.737.174
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	-	-	647.102	644.993
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16 (**)	(a)	Nível 2	-	-	317.538	317.538
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	1.314.876	1.299.915	2.655.745	2.624.905
Termo de mercadoria (alumínio) e NDF dólar	32	(a)	Nível 3	1.354	1.354	1.354	1.354
Total				1.316.230	1.301.269	3.621.739	3.588.790

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou ganho de R\$ 1.739 em 31 de dezembro de 2020 (um ganho de R\$ 466 em 31 de dezembro de 2019).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

- (a) - Valor justo contra o resultado
(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, e (iv) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e (vi) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2020 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Contratos a termo e futuros são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde esses ativos são negociados, ou outros provedores de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, são utilizadas interpolações entre os vencimentos disponíveis

Adicionalmente, as principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo do derivativo “*zero-cost collar*”, cuja classificação de hierarquia de valor justo é Nível 3, estão divulgadas na nota 32 b.1.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating de pelo menos AA-, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para o período de 2020 e exercício de 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos, adicionalmente, a Companhia contratou em 2015, derivativo do tipo *zero-cost collar* (vide item b.1 abaixo) e, em 2020, derivativo de compra a termo de alumínio sem entrega física.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

No exercício findo em 2020, a Companhia, visando a proteção de compras de insumos para a construção de novos projetos de transmissão, realizou operações com derivativos, através de compras a termo de alumínio para

liquidação futura, com o objetivo de reduzir o risco da oscilação de preços para o período de compra de alumínio (puro).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	88.079	-	88.079	85.443	2.636	US\$ + de (2,07% a 3,29%)	104,85% do CDI ou CDI + 0,8%	abr/21 a fev/25	232.705
	88.079	-	88.079	85.443	2.636				
Outros derivativos (2)									
Termo de Mercadoria (alumínio)	-	(336)	(336)	-	(336)	alumínio (US\$/ton)	mai/21		3.989
NDF - Alumínio	-	(1.019)	(1.019)	(978)	(41)	US\$	mai/21		6.349
Total	88.079	(1.354)	86.725	84.466	2.259				
Circulante	60.338	1.354							
Não circulante	27.741	-							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

⁽²⁾ Devido às características destes derivativos, o nocional está apresentado em dólar norte-americano.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2019	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2020
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	48.652	123.753	(87.939)	84.466
Outros	52	9.060	(9.112)	-
Marcação a mercado (*)	5.738	(3.479)	-	2.259
Total	54.442	129.334	(97.051)	86.726

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 referente aos ajustes ao valor justo (marcação a mercado) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 2.055 para as dívidas designadas a valor justo, (ii) perda de R\$ 5.534 para outros derivativos (termo de mercadoria).

Consolidado				
Derivativos	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2019
Para dívidas designadas a valor justo	92.982	19.682	(64.012)	48.652
Para dívidas não designadas a valor justo	21.548	1.873	(23.421)	-
Outros (<i>zero cost collar</i>)	-	7.600	(7.548)	52
Marcação a mercado (*)	4.824	914	-	5.738
Total	119.354	30.069	(94.981)	54.442
Ativo circulante	105.824			33.919
Ativo não circulante	19.174			21.291
Passivo circulante	(5.644)			(769)
Passivo não circulante	-			-

(*) Os efeitos no resultado de 2019 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 12.660 para as dívidas designadas a valor justo, (ii) perda de R\$ 577 para as dívidas não designadas a valor justo e (iii) perda de R\$ 11.169 para outros derivativos.

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2019 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2020	2019	2020	2019
Varição de taxas de juros	-	1.873	-	-
Marcação a mercado	-	(561)	(2)	(23)
Varição cambial	132.812	27.282	-	-
Marcação a mercado	(3.238)	938	(162.076)	(1.832)
	129.574	29.531	(162.078)	(1.855)

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia e suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Consolidado					
Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(317.537)		(6.587)	74.444	155.475
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	325.141		6.745	(76.227)	(159.198)
	7.604	baixa dolar	158	(1.783)	(3.723)
Total	7.604		158	(1.783)	(3.723)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			14	(160)	(335)
Efeitos no resultado do exercício			144	(1.623)	(3.388)

Instrumentos	Exposição (US\$ mil)(a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Depreciação / Apreciação cambial de 25% (c)	Depreciação / Apreciação cambial de 50% (c)
Termo de mercadoria (alumínio)	3.989	baixa alumínio (d) (US\$/ton)	(1)	(3.657)	(4.787)
NDF dólar	6.349	(d) baixa dólar	-	(8.218)	(16.437)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,30 e a depreciação cambial de 2,07%, referente ao dólar em 31.12.2020.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(d) Devido às características destes derivativos, o notional está apresentado em dólar norte-americano.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no exercício	taxa Cenário provável (a)	Consolidado		
					Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.542.931				45.516	56.896	68.275
Instrumentos financeiros passivos	(4.464.015)				(131.688)	(164.611)	(197.533)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(237.062)				(6.993)	(8.742)	(10.490)
	(3.158.146)	alta CDI	2,78%	2,95%	(93.165)	(116.457)	(139.748)
Instrumentos financeiros passivos	(163.551)				5.986	7.482	8.979
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(124.629)				4.561	5.702	(4.858)
	(288.180)	alta IGP-M	23,14%	-3,66%	10.547	13.184	4.121
Instrumentos financeiros passivos	(474.954)				(20.850)	(26.063)	(31.276)
	(474.954)	alta TJLP	4,87%	4,39%	(20.850)	(26.063)	(31.276)
Instrumentos financeiros passivos	(351.828)				(16.290)	(20.362)	(24.434)
	(351.828)	alta IPCA	4,52%	4,63%	(16.290)	(20.362)	(24.434)
Total	(4.273.108)				(119.758)	(149.698)	(191.337)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					(7)	(9)	(11)
Efeitos no resultado do exercício					(119.751)	(149.689)	(191.326)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos de Valores Mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o exercício de 2020 e exercício de 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

e) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2020	Nota explicativa	Menos de 1 mês	3 meses a 1 ano	1-3 anos	Total
Fornecedores	15	4.200	-	2.107	6.307
Derivativos	32	-	1.354	-	1.354
Debêntures - principal e encargos	17	-	763.566	553.850	1.320.829
Outros	22	-	44	-	44
Total		4.200	764.964	555.957	1.328.534

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Transações oriundas de reestruturação societária				
Contas a receber	(84.999)	-	2.974	-
Impostos a recuperar	(22.897)	-	609	-
Derivativos	(77.728)	-	-	-
Outros créditos	(7.842)	-	1.156	-
Depósitos judiciais	(1.746)	-	-	-
Investimentos em <i>joint ventures</i>	(125.772)	-	-	-
Imobilizado líquido de depreciação	(922.332)	-	15.358	-
Intangível líquido de amortização	(75.579)	-	4	-
Fornecedores	(5.030)	-	59	-
Empréstimos e financiamentos	(191.697)	-	(1.475)	-
Impostos diferidos passivo	(172.288)	-	(768)	-
Previdência privada	(33.718)	-	(0)	-
Obrigações tributárias	(126.483)	-	30	-
Obrigações trabalhistas	(2.996)	-	25	-
Outros passivos	(12.296)	-	5.746	-
Provisões para contingências	(270)	-	-	-
Empréstimos com controladas e controladora	-	-	5.356	-
Outras Transações				
Transferência entre imobilizado/intangível e outros ativos	-	-	3.930	1.366
Provisão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	-	15.821
Adiantamento para futuro aumento de capital integralizados	64.809	-	-	300.000
Perda em participação sem alteração no controle	(59.022)	-	59.022	-
Transferência de aplicações financeiras para cauções	-	-	-	7.815
Transferência entre empréstimos a receber e outros créditos	-	-	-	81
Transferência entre imobilizado e outros créditos	-	-	-	926
Reversão de custos socioambientais no imobilizado	-	-	(32.400)	-
Reconhecimento de corredor atuarial para previdência privada	-	-	18.732	-

(34) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia e suas empresas controladas relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2020, são como segue:

Controladas

Obrigações contratuais em 31/12/2020	Duração	Consolidado				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Aluguéis	até 30 anos	25.139	50.434	42.714	287.590	405.877
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 32 anos	148.052	299.184	310.442	4.229.661	4.987.339
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	até 27 anos	24.236	49.560	51.124	222.075	346.995
Projetos de construção de usina	até 3 anos	633.074	199.074	-	-	832.148
Total		830.501	598.252	404.280	4.739.326	6.572.359

Empreendimentos controlados em conjunto

Obrigações contratuais em 31/12/2019	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Projetos de construção	até 5 anos	18.402	11.166	2.245	-	31.812
Encargos de Transmissão e Distribuição	até 16 anos	219.936	485.091	555.899	3.668.630	4.929.556
Recaptação do risco Hidrológico e outros	até 16 anos	66.511	161.293	161.293	421.873	810.970
		304.849	657.550	719.437	4.090.503	5.772.338

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

(35) EVENTO SUBSEQUENTE

Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Em 24 de fevereiro de 2021 determinadas subsidiárias de geração realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 156.444, referentes à passivos relacionados ao GSF, os quais estavam temporariamente suspensos juntos à CCEE em função de liminares judiciais, vide nota explicativa 14.1.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

TIAGO DA COSTA PARREIRA
Conselheiro

CARLOS ALBERTO DUARTE NOGUEIRA
Conselheiro

FUTAO HUANG
Conselheiro

DIRETORIA

FUTAO HUANG
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro e de RI

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR
Diretor de Operações

CONTABILIDADE

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES
Coordenador de Serviços Contábeis
CT CRC 1SP251528/O-0



KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Acionistas da
CPFL Geração de Energia S.A.
Campinas - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Geração de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A.

Veja as notas explicativas 3.11 e 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre diferenças temporárias advindos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A., cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros que são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e em seu plano de negócios.</p> <p>Devido ao grau de incerteza inerente às premissas utilizadas na determinação da estimativa dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas premissas poderem impactar de forma relevante a estimativa dos lucros tributáveis futuros e conseqüentemente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Como parte dos nossos procedimentos de auditoria em relação aos ativos fiscais diferidos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A.:</p> <ul style="list-style-type: none"> • avaliamos a documentação sobre o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave implementados pela controlada relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros; • com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a documentação do auditor da controlada relativa às (i) principais premissas especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado e volume e preço de venda de energia; (ii) comparações com os dados disponíveis no mercado utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros e com o plano de negócios aprovado pela controlada; e • discutimos os resultados alcançados e avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação dos ativos fiscais diferidos, os quais</p>

	<p>não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos da controlada, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas tomadas em conjunto, ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>
--	--

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o

objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 17 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

DECLARAÇÃO	STATEMENT
<p>Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Geração de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, Jardim Professora Tarcília - CEP: 13087-397 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº. 03.953.509/0001-47, declaram que:</p> <p>a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A do período findo em 31 de dezembro de 2020;</p> <p>b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A do período findo em 31 de dezembro de 2020.</p> <p>Campinas, 15 de março de 2021.</p>	<p>In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities & Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officers and the officers of CPFL Geração de Energia S.A, a publicly traded company, with its registered office at Jorge de Figueiredo Correa street, nº 1632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 03.953.509/0001-47, hereby stated that:</p> <p>a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed in the opinion of KPMG Auditores Independentes on the financial statements of CPFL Geração de Energia S.A, for the period ended December 31, 2020;</p> <p>b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial statements of CPFL Geração de Energia S.A, for the period ended December 31, 2020;</p> <p>Campinas, March 15, 2021.</p>

Futao Huang
Diretor Presidente
Chief Executive Officer

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores
Chief Financial and Investor Relations Officer